Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA A SEXTA-FEIRA, 20, 21 E 22 DE MAIO DE 2020 | Nª 24.666 | Preço banca: R$ 3,50

Brasil tem 1.179 mortes registradas e 17.408 infectados em 24 horas

O Brasil bateu recorde de mortes registradas em um dia em razão da covid-19, com 1.179. No total, 17.971 pessoas já perderam a vida em por causa da doença. O resultado representou um aumento de 7% em relação a segunda-feira, (18), quando foram contabilizados 16.792 mil falecimentos pela covid-19. A letalidade (número de mortes por quantidade de casos confirmados) ficou em 6,6% e a mortalidade (número de óbitos pela quantidade da população) foi de 8,6%.

O balanço diário do Ministério da Saúde registrou também recorde de novos casos confirmado em 24 horas, com 17.408. No total, 271.628 pessoas foram infectadas. O resultado marcou um acréscimo de 6,8% em relação a segunda-feira, quando o número de pessoas infectadas estava em 254.220.

Do total de casos confirmados, 146.863 (54%) estão em acompanhamento e 106.794 (39,3%) foram recuperados. Há ainda 3.319 mortes em investigação. O número marca um aumento em relação aos últimos números para este indicador, que davam entre 2.000 e 2.300 falecimentos em investigação.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (5.147). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (3.079), Ceará (1.856), Pernambuco (1.741) e Amazonas (1.491). (Agência Brasil)

Governo sanciona lei que cria programa de apoio às microempresas

Página 8

MEC vai abrir consulta sobre data do Exame Nacional do Ensino Médio

Página 6

Itália está cautelosamente otimista com nova fase da pandemia

O primeiro-ministro da Itália, Giuseppe Conte, disse à Organização Mundial da Saúde (OMS), na terça-feira (19), que estava cautelosamente otimista sobre a próxima fase da pandemia, à medida que o país suaviza as medidas impostas para combater o novo coronavírus (covid-19).

"Estamos entrando nessa fase com otimismo cauteloso e senso de responsabilidade", afirmou Conte em discurso na Assembleia Mundial da Saúde, que está sendo realizada virtualmente. "Sabemos que nossa luta está longe de terminar."

O premiê italiano também disse que a saúde global deve ser uma "prioridade compartilhada" logo após a assembleia aprovar uma resolução da União Europeia sobre a pandemia. (Agência Brasil)

Banco Mundial forneceu ajuda contra coronavírus a 100 países

O presidente do Grupo Banco Mundial, David Malpass, disse na terça-feira (19) que o credor para desenvolvimento lançou programas emergenciais de ajuda contra o coronavírus em 100 países, com compromissos de financiamento em condições preferenciais e subsídios de cerca de US$ 5,5 bilhões até agora.

Malpass afirmou a jornalistas, em uma teleconferência, que a pandemia global e os fechamentos econômicos associados a ela poderiam levar até 60 milhões de pessoas à pobreza extrema, apagando os três anos anteriores de alívio da pobreza, com uma contração econômica global de talvez 5% este ano. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,73
Venda: 5,73

Turismo
Compra: 5,71
Venda: 6,05

EURO
Compra: 6,27
Venda: 6,27

Agências da Caixa em São Paulo vão abrir mesmo com feriado antecipado

As agências da Caixa Econômica Federal no estado de São Paulo abrirão nos próximos dias, independentemente da antecipação de feriados na capital e em várias cidades do estado, informou, o presidente do banco, Pedro Guimarães. Segundo ele, o banco funcionará inclusive aos sábados para o saque do auxílio emergencial de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras).

"Nosso objetivo é manter o equilíbrio. O auxílio financeiro é fundamental para 60 milhões de brasileiros", disse Guimarães.

O presidente da Caixa apresentou um balanço do pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial, que começou na segunda-feira, (18) para os beneficiários do Bolsa Família. Até as 14h de terça-feira, (19), 3,8 milhões de brasileiros haviam sacado cerca de R$ 3 bilhões nas agências do banco, nos caixas eletrônicos e em casas lotéricas.

Foto: Marcelo Camargo/ABr

Nesta quarta-feira, (20), o pagamento da segunda parcela deve aumentar com o início da liberação do segundo lote para trabalhadores informais e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Diferentemente dos inscritos no Bolsa Família, o dinheiro será apenas depositado nas contas poupança digitais e só poderá ser retirado em espécie de 30 de maio a 13 de junho, dependendo do mês de nascimento do beneficiário.

A Caixa pagou o auxílio emergencial a 51 milhões de brasileiros, num total de R$ 36,2 bilhões. O número inclui tanto a primeira como a segunda parcela. Se for considerada apenas a primeira parcela, 51 milhões de pessoas receberam R$ 33,2 bilhões. Página 3

Deputados aprovam uso obrigatório de máscara em locais públicos

Página 3

STF restabelece redução de contribuições ao Sistema S

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, restabeleceu, segunda-feira, (18), os efeitos da Medida Provisória 932/2020, que reduziu pela metade as contribuições das empresas ao Sistema S por três meses, de abril a junho deste ano. O ministro atendeu a um pedido da União.

A redução das contribuições fez parte do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Página 4

São Paulo ultrapassa 5,1 mil mortes por COVID-19

Página 2

Esporte

Collet retorna à Europa e retoma preparativos para início da temporada

Foto: Dutch Photo Agency

Categoria *manterá as 10 etapas em rodada dupla*

Os organizadores da Fórmula Renault Eurocup divulgaram o novo calendário provisório para a histórica 50ª edição do campeonato. Em virtude da pandemia causada pelo coronavírus e que afetou as competições de todo o mundo, as provas iniciais foram adiadas e a previsão agora é de retorno entre os dias 9 e 11 de julho, no circuito de Monza, na Itália.

Único brasileiro inscrito na categoria, o paulista Caio Collet volta à Europa na semana que vem, onde retomará o planejamento para a temporada 2020 com a equipe R-ace GP. Integrante do Renault Sport Academy, o piloto fará este ano sua segunda temporada na F-Renault Eurocup. Em 2019, Collet foi o campeão entre os estreantes (com 10 vitórias) e ficou em quinto lugar no geral (com seis pódios).

"Estou muito animado para voltar às corridas. Desde o teste coletivo em Valência, no mês de março, não guio o carro, mas vai ser igual para todo mundo", comentou Collet, que liderou a única sessão de teste da pré-temporada realizada na pista espanhola.

"Do novo calendário só não conheço os circuitos de Ímola e Zandvoort, mas já dei algumas voltas nas pistas no simulador", explicou o piloto que passou a quarentena com seus pais em São Paulo e também participou de alguns campeonatos virtuais.

"Volto para a Europa dia 25. Temos testes previstos para os dias 2 e 3 de julho em Magny-Cours, mas já vou reforçar meus treinos físico e mental e também devo passar uma semana com o pessoal lá na sede da equipe. Vamos focar 100% para estarmos bem preparados para o nosso retorno", completou Collet, de 18 anos.

A Fórmula Renault Eurocup manteve as 10 etapas em rodada dupla, com algumas mudanças de circuitos. A temporada será encerrada nos dias 26, 27 e 28 de novembro, no circuito Yas Marina, em Abu Dhabi.

Um dos principais campeonatos na formação de jovens pilotos, a Fórmula Renault Eurocup já conta com 25 pilotos inscritos na etapa inicial.

O novo calendário provisório da temporada 2020 da F-Renault Eurocup*:

9-11 de Julho: Autódromo de Monza (Ita); 24-26 de Julho: Autódromo Enzo e Dino Ferrari / Ímola (Ita); 4-6 de Setembro: Nürburgring (Ale); 11-13 de Setembro: Circuito de Nevers Magny-Cours (Fra); 25-27 de Setembro: Circuito de Zandvoort (Hol); 9-11 de Outubro: Circuito de Barcelona-Catalunha (Esp); 22-24 de Outubro: Circuito de Spa-Francorchamps (Bel); 6-8 de Novembro: Hockenheim (Ale); 13-15 de Novembro: Circuito de Paul Ricard (Fra); 26-28 de Novembro: Yas Marina (Abu Dhabi). * sujeito à evolução da pandemia da Covid- 19

Copa HB20: sem corridas, mas com muita atividade rolando

Durante este período de pandemia, os campeonatos de automobilismo aguardam pacientemente a liberação dos eventos por parte do Governo Federal e as recomendações da CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo) para a retomada das atividades. Enquanto isso não acontece, a Copa HB20 busca se reinventar criando formas de se manter ativa, usando como principal alicerce a internet.

Uma das principais atividades é a reunião semanal online com todos os pilotos. Utilizando o aplicativo Zoom - que possibilita a presença de mais de 30 pessoas em conferências online - diversos temas são discutidos pelo menos por uma hora toda semana: dúvidas sobre procedimentos técnicos, as novidades que estão sendo trabalhadas para 2020, discussão sobre o novo regulamento e media training. Através desta ferramenta, os novos pilotos já estão se integrando com os demais componentes do grid e ao mesmo tempo estão todos familiarizados com o ambiente onde serão realizados os briefings virtuais antes de cada prova.

Já o público também é agraciado com atrações nas redes sociais. A principal delas é a chamada "maratona de lives" no Instagram, onde, de segunda a sexta, um membro do grid é entrevistado por um integrante da equipe H Racing, organizadora do campeonato. Desta forma, todos os pilotos estão sendo apresentados ao público em um bate papo descontraído e ao mesmo tempo já estão se habituando a essa nova ferramenta de comunicação, que veio para ficar. E para matar a saudade das corridas, durante todos os domingos estão sendo publicadas reprises online das provas do ano passado no canal da Copa HB20 no Facebook.

Já o público também é agraciado com atrações nas redes sociais. A principal delas é a chamada "maratona de lives" no Instagram, onde, de segunda a sexta, um membro do grid é entrevistado por um integrante da equipe H Racing, que organiza o campeonato; já para matar a saudade das corridas, reprises online de corridas do ano passado são publicadas constantemente na íntegra.

"Não estamos de férias, só estamos impossibilitados de acelerar na vida real, mas virtualmente estamos com o pé no porão a 200 km/h. Quando precisamos fazer algo na oficina, fazemos respeitando os protocolos de segurança, mas o principal do nosso trabalho no momento está todo via web. E o retorno, tanto de pilotos quanto do público, vem sendo incrível. É uma forma de manter a Copa HB20 viva, ativa e gerando interesse", comenta Daniel Kelemen, CEO da HRacing.

São Paulo ultrapassa 5,1 mil mortes por COVID-19

Na terça-feira (19), o estado de São Paulo chegou a 5.147 mortes pelo novo coronavírus, com 324 mortes confirmadas nas últimas 24 horas. É o maior aumento já registrado de um dia para outro. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

O estado também totaliza 65.995 casos confirmados da COVID-19, com um ou mais pessoas infectadas em 479 cidades. Foi registrada pelo menos uma vítima fatal em 219 municípios.

Há 9,5 mil pacientes internados em São Paulo, sendo 3.659 em UTI e 5.902 em enfermaria. A taxa de ocupação dos leitos de UTI reservados para atendimento a COVID-19 é de 71,4% no Estado de São Paulo e 88% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais estão 3.040 homens e 2.107 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 73% das mortes. Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (1.251 do total), seguida por 60-69 anos (1.187) e 80-89 (985).

Também faleceram 336 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (733 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (373), 30 a 39 (216), 20 a 29 (44) e 10 a 19 (14), e oito com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (58,6% dos óbitos), diabetes mellitus (43,6%), doença neurológica (11,4%), doença renal (10,8%) e pneumopatia (9,8%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática. Esses fatores de risco foram identificados em 4.162 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,9%).

Governo de São Paulo reforça ações para mulheres vítimas de violência doméstica

Desde o início das medidas de isolamento social, o Governo de São Paulo tem adotado iniciativas para garantir que as mulheres continuem com o direito de denúncia em relação à violência doméstica garantido e, ao mesmo tempo, cumpram a determinação de distanciamento, fundamental para o controle da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus.

O relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 20 de abril aponta o crescimento de 44% no número de socorros prestados às vítimas de violência doméstica na comparação entre os meses de março de 2019 e deste ano: um aumento de 6.774 para 9.817 mulheres. O feminicídio, no mesmo período, também subiu de 13 para 19 casos.

No estado de São Paulo, o Governo determinou que as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), vinculadas à Secretaria de Segurança Pública (SSP), passassem a registrar eletronicamente os casos do tipo. O serviço online está ativo desde 3 de abril e possibilita que a mulher realize a denúncia pelo site www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br.

Ações mundiais contra a violência doméstica registram aumento no pedido de ajuda desde o estabelecimento do isolamento social imposto pelo novo coronavírus. Em Nova Jersey, nos Estados Unidos, a Associação Cristã de Moças relatou ampliação de 24%. Um disque-denúncia na Espanha indicou crescimento de 12,4% no índice nas duas primeiras semanas de confinamento, em comparação a mesma quinzena de 2019.

O Líbano e a Malásia viram o número de chamadas para as linhas de ajuda dobrarem neste ano, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Na China, o número foi três vezes maior. De acordo com dados do Google, na Austrália, foi registrado o maior número de buscas pelo termo "violência doméstica" dos últimos cinco anos. Apesar da multiplicação dos crimes, a formalização da denúncia tem sido um obstáculo para as vítimas durante a pandemia.

Apesar de o serviço estar disponível online em São Paulo, a subnotificação ainda preocupa as autoridades. No ano passado, de 25 de março a 21 de abril, 11.283 vítimas de violência doméstica fizeram boletim de ocorrência nas DDMs. Este ano, no mesmo período, já com a possibilidade do registro eletrônico, foram apenas 7.479.

"No Governo de São Paulo, temos tido uma posição de defesa intransigente das mulheres que são vítimas de violência doméstica", afirmou o Governador João Doria em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes.

Mesmo com a pandemia, as delegacias de todo o estado continuam operando nos horários normais. "A orientação é para que as delegacias e as 134 DDMs funcionem nos horários e formatos que sempre funcionaram, acrescido dessa possibilidade do registro eletrônico", concluiu o Governador.

De acordo com a delegada Jamila Ferrari, Coordenadora das DDMs em São Paulo, o atendimento eletrônico de denúncia contra mulheres já estava sendo planejado pela Polícia Civil e teve o lançamento antecipado por conta da crise da COVID-19. "Buscamos nos antecipar a um fenômeno que ocorreu em outros países, como China, Espanha, França e Estados Unidos, que registraram aumento no número de casos após adotarem medidas de isolamento social", afirmou a delegada.

Delegacia de Defesa da Mulher: www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br
Cravi: (11) 3291-2624 e o e-mail cravi@justica.sp.gov.br
SOS Mulher: www.sosmulher.sp.gov.br

Prefeituras do litoral que solicitarem restrição de acesso no feriado terão apoio

O Governo de São Paulo vai apoiar as prefeituras de cidades litorâneas e de instâncias turísticas que desejarem realizar ações de restrição de acesso nos próximos dias, quando ocorrerá um feriado prolongado na capital e cidades da Região Metropolitana de São Paulo. A intenção é conscientizar a população nesse período, de forma a garantir a elevação dos índices de isolamento social e proteger vidas.

O secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, fez o anúncio na terça-feira (19) e esclareceu que a decisão foi tomada em comum acordo com os prefeitos de cidades da Baixada Santista, Litoral Sul e Litoral Norte, além de municípios turísticos do interior. O Estado oferecerá o apoio que venha a ser solicitado pelos prefeitos para implantação das barreiras de acesso e conscientização dos turistas.

"Nós dialogamos com as prefeituras da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul e o Estado irá apoiar as restrições que essas prefeituras estabelecerem no seu território. Esse é o caso também das estâncias turísticas e dos municípios de interesse turístico do Estado de São Paulo, que também trabalharão com controle no acesso às cidades", informou Vinholi.

O feriado prolongado será iniciado nessa quarta-feira (20) na capital e deverá se estender até o dia 25 de maio. O Governador João Doria encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa para antecipar o feriado estadual da Revolução Constitucionalista, celebrado em 9 de julho, para a próxima segunda-feira. A expectativa é de que prefeitos da RMSP adotem medidas semelhantes.

A decisão do Governo de São Paulo foi baseada nas estatísticas de isolamento social do Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP), que indicaram melhores taxas nos feriados e finais de semana. A expectativa é de que a população permaneça em quarentena no feriado prolongado e ajude a mitigar a transmissão do coronavírus.

"Uma mensagem muito clara à sociedade: a quarentena não é para viajar, mas sim para se fazer isolamento social e ficar em casa nesse momento fundamental de combate à epidemia", destacou Marco Vinholi.

O Estado de São Paulo chegou a 65.995 casos confirmados e 5.147 óbitos na terça-feira (19). O secretário de Saúde, José Henrique Germann, também reforçou o pedido para que as pessoas permaneçam em casa nos próximos dias. "Estamos na véspera de um feriado e eu gostaria de enfatizar que não é um feriado de lazer. É um feriado em casa!", pontuou.

Dadetur libera mais 7,6 milhões a municípios de São Paulo

O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, liberou na segunda-feira (18) mais R$ 7,6 milhões para obras de infraestrutura que estão em andamento nas estâncias e municípios de interesse turístico paulistas, totalizando aproximadamente R$ 57 milhões neste ano.

A liberação é ainda mais importante neste momento por causa pandemia de COVID-19. Com esses recursos, 26 municípios poderão manter a execução de obras que serão importantes para a melhoria da qualidade do produto turístico. Além disso, geram empregos.

Agrupando por regiões, os destaques foram Vale do Ribeira (Eldorado e Jacupiranga e Cananéia), região de Campinas (Holambra, Serra Negra, Águas de Lindoia, Monte Alegre do Sul, Cabreúva e São José do Rio Pardo), a de Sorocaba (Boituva, Piedade, Tapiraí, São Roque e Embu das Artes) e também Santos (incluindo Praia Grande).

Em 2019, a Secretaria repassou recursos para obras em andamento, reativar convênios que haviam sido cancelados e firmar novos, alcançando o montante de R$ 428 milhões.

Centro de Mídias SP terá aulas preparatórias para o Enem 2020

O secretário da Educação de São Paulo, Rossieli Soares, anunciou uma programação exclusiva, a partir de 23 de maio, para os estudantes da rede pública do estado que pretendem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Centro de Mídias da Educação de São Paulo contará com uma equipe de professores qualificada para auxiliar os estudantes em um dos momentos mais importantes da vida do aluno.

As aulas acontecerão todos os sábados pelo aplicativo e pela televisão, na parte da manhã, com horário ainda a definir, com uma equipe de professores qualificados da rede e convidados, em cada área do conhecimento da prova: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Redação.

Na aula inaugural, o professor de Literatura Marcelo Muller abordou, entre outros temas, a interpretação de texto. "Fui aluno da escola pública, o que fez diferença na minha vida. Temos professores excelentes na rede. Ninguém vai fazer por você; é você que tem que ir atrás", ressalta o docente.

O secretário Rossieli Soares destaca a importância da inscrição do aluno na prova do Enem. "O seu sonho você tem que agarrar. A Secretaria não é responsável por adiar ou cancelar a prova. Estamos aqui para fazer o que for necessário para os estudantes se inscreverem e não perderem essa oportunidade porque, se o aluno não se inscrever, não poderá fazer a prova", salienta.

"Eu fiz a minha faculdade em uma universidade privada, mas tive bolsa, e foi superimportante. Se você pode ter essa oportunidade, é importante saber disso", completa o gestor.

Marianne Luiza Martins Pereira, ex-aluna da rede, que teve nota 880 na prova, incentiva os estudantes a não desistirem. "Sempre estudei em escola pública e moro na periferia. No terceiro ano, eu tive que mudar para o período noturno na escola, por causa do trabalho. Pra mim, foi um grande marco porque foi difícil e é difícil, mas basta dedicação nesse período, com cronograma de estudo. Sou muito grata aos professores da escola pública. Não precisei de cursinho para passar no vestibular", revela.

"Os nossos professores estão fazendo um trabalho incrível na rede. Os profissionais estão trabalhando muito para fazer tudo acontecer. Eu adoro a assistir à programação e me sinto um estudante", comenta Rossieli Soares.

Vale lembrar que todos os alunos da rede pública estão isentos da taxa da prova, que seria de R$ 85. As inscrições para o Enem 2020 se encerram na sexta-feira (22).

A estrutura permanece com 45 questões de cada área do conhecimento, mais uma redação que deverá ser desenvolvida no modelo dissertativo-argumentativo, com um máximo de 30 linhas.

A única diferença é que, no Enem Digital, as provas objetivas serão respondidas em um computador, com exceção da redação, que deverá ser feita no papel. Para mais informações, os interessados devem acessar o site https://enem.inep.gov.br/.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **CESAR NETO** tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência na Internet, desde 1996, pelo site www.cesarneto.com ... Twitter **@cesarnetoreal**

*

CÂMARA (SP)

A partir de hoje, até o dia 24, rolam os feriados antecipados. mais ponto facultativo aprovados pelos vereadores da cidade de São Paulo. Apesar do Brasil não ser a Suécia, o prefeito Bruno Covas (PSDB), acredita que muitos ficarão em casa e os que tiverem que sair usarão máscaras

*

PREFEITURA (SP)

Seria injusto - e até covarde - da minha parte, não reconhecer os técnicos em Saúde Pública, os enfermeiros e os médicos que tem se empenhado em salvar vidas na cidade de São Paulo, por conta dos horrores da pandemia COVID-19. Não são poucos os que pagam com a saúde e até a vida

*

ASSEMBLEIA (SP)

A deputada estadual Janaína Paschoal (ficante no PSL - partido pelo qual elegeu-se com a família Bolsonaro) não passa uma semana sem dizer que até gosta do Presidente, mas que ele precisa renunciar por ser meio burro. Se tivesse topado ser vice na chapa, talvez o discurso não fosse este

*

GOVERNO (SP)

Entre os governadores que não jogarão o jogo jogado pelo Presidente Bolsonaro, no sentido de incluir a hidroxicloroquina como medicamento pra tratar a COVID-19 desde o início, João Doria (líder do novo PSDB) será a maior das vozes. Só com médicos e pacientes se acertando. Mas já não é assim ?

*

CONGRESSO (BR)

Se houvesse honestidade de propósitos do PT e do REDE (cuja dona é a ex-petista Marina) em relação ao senador Flavio Bolsonaro (no REPUBLICANOS ex-PRB) ter sido informado por um delegado da Polícia Federal (sobre operação 'rahadinha' quando era deputado no Rio, cadê a coragem de atacar a PF ?

*

PRESIDÊNCIA (BR)

Pra murchar as bolas do deputado-presidente da Câmara Federal e do Alcolumbre, presidente do Senado, Jair Bolsonaro segue formando sua base - pra não ser cassado - com donos e sócios preferenciais do chamado 'centrão'. No momento, esta é a sua arma de guerra pra 2021 / 2022

*

PARTIDOS

O PSB do Estado de São Paulo - comandado pelo ex-governador Marcio França - chora a morte de mais um deputado eleito pra Câmara Federal em 2018. O 1º, neste 2º ano do mandato 2019 - 2022, foi o veterano jurista e professor de Direito Luis Flávio Gomes, que deixou obra literária ...

*

POLÍTICOS

... O 2º, foi o jovem (41 de idade) deputado - por Campinas - Luiz Lauro Filho, sobrinho do atual prefeito Jonas Donizete (presidente da Frente Nacional dos Prefeitos), que era publicitário e comunicador naquela grande cidade do Estado de São Paulo. Em tempo: nenhum dos 2 foi por COVID-19

*

HISTÓRIAS (BR)

Ontem citamos o ex-governador de São Paulo, Laudo Natel, que faleceu aos 99 anos de idade em São Paulo. A família cobrou não termos citado que Laudo não só tocou a construção do estádio do Morumbi, como presidiu o São Paulo Futebol Clube. Laudo era chamado "governador caipira"

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Agências da Caixa em São Paulo vão abrir mesmo com feriado antecipado

As agências da Caixa Econômica Federal no estado de São Paulo abrirão nos próximos dias, independentemente da antecipação de feriados na capital e em várias cidades do estado, informou, o presidente do banco, Pedro Guimarães. Segundo ele, o banco funcionará inclusive aos sábados para o saque do auxílio emergencial de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras).

"Nosso objetivo é manter o equilíbrio. O auxílio financeiro é fundamental para 60 milhões de brasileiros", disse Guimarães.

O presidente da Caixa apresentou um balanço do pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial, que começou na segunda-feira, (18) para os beneficiários do Bolsa Família. Até as 14h de terça-feira, (19), 3,8 milhões de brasileiros haviam sacado cerca de R$ 3 bilhões nas agências do banco, nos caixas eletrônicos e em casas lotéricas.

Nesta quarta-feira, (20), o pagamento da segunda parcela deve aumentar com o início da liberação do segundo lote para trabalhadores informais e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Diferentemente dos inscritos no Bolsa Família, o dinheiro será apenas depositado nas contas poupança digitais e só poderá ser retirado em espécie de 30 de maio a 13 de junho, dependendo do mês de nascimento do beneficiário.

A Caixa pagou o auxílio emergencial a 51 milhões de brasileiros, num total de R$ 36,2 bilhões. O número inclui tanto a primeira como a segunda parcela. Se for considerada apenas a primeira parcela, 51 milhões de pessoas receberam R$ 33,2 bilhões.

Segundo Guimarães, a Caixa terminará o mês tendo pagado o auxílio a 59 milhões de brasileiros. Isso porque, de terça-feira até 29 de maio, um grupo de 8,3 milhões de pessoas que tiveram o benefício liberado recentemente estão sacando a primeira parcela, conforme o mês de nascimento.

Na última sexta-feira (15), a Dataprev, estatal de tecnologia que analisa os pedidos de auxílio emergencial, liberou o benefício a esse contingente.

A partir do dia 30, os inscritos no CadÚnico e os trabalhadores informais poderão sacar a segunda parcela em espécie. Até lá, eles apenas poderão movimentar o auxílio emergencial por meio do aplicativo Caixa Tem, que permite o pagamento de contas domésticas (água, luz, telefone e gás), de boletos bancários e compras em estabelecimentos parceiros da Caixa.

O presidente do banco explicou que o objetivo do calendário mais espaçado que o do mês passado é evitar aglomerações nas agências, como ocorreu com o saque da primeira parcela.

De terça-feira, 19 até 13 de junho, as agências da Caixa deverão receber cerca de 2,5 milhões de pessoas por dia. "Essa separação que fizemos [no cronograma] faz com que não tenhamos grande demanda concentrada de duas, três semanas atrás", justificou.

A vice-presidente de Governo da Caixa, Tatiana Thomé, apresentou um balanço do Benefício Emergencial (BEm), pago a trabalhadores com contrato suspenso ou jornada reduzida durante a pandemia do novo coronavírus. Desde 4 de maio, o banco pagou R$ 1,8 bilhão a pouco menos de 2 milhões de trabalhadores.

Do valor pago, R$ 1,2 bilhão foram depositados em contas de correntistas da Caixa Econômica Federal, R$ 608,4 milhões, creditados em contas poupança digitais e R$ 27,8 milhões foram pagos por meio do Cartão do Cidadão.

O Bem equivale a uma parcela do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido. (Agência Brasil)

Mais de mil municípios terão R$ 598 mi em emendas parlamentares

A nova modalidade de repasse de recursos de emendas parlamentares para estados e municípios, chamada de transferências especiais, está disponível a partir de terça-feira (19). Criada no final do ano passado por emenda à Constituição, essa modalidade ocorre quando um parlamentar encaminha recursos para um governo estadual ou uma prefeitura sem uma destinação definida.

De acordo com o Ministério da Economia, em 2020, primeiro ano da nova modalidade de transferência, serão atendidos 1.296 municípios, com um total de R$ 598 milhões em emendas parlamentares.

Segundo o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert, para ter acesso aos recursos, os gestores públicos devem se cadastrar no Portal Gov.br. Depois é preciso entrar na plataforma, dar ciência da existência da emenda e indicar uma agência bancária para receber os recursos.

O passo a passo para realizar o cadastro e receber a transferência está disponível na Plataforma +Brasil.

Heckert acrescentou que essa modalidade de transferência dá mais liberdade para os municípios escolherem as ações em que pretendem aplicar os recursos. "Às vezes, o município pode receber uma emenda que é para uma finalidade necessária, mas não a prioritária. Com as transferências especiais, há liberdade maior para direcionar os recursos."

Entretanto, há algumas restrições para a aplicação do dinheiro. "Os recursos não podem ser usados para pagamento de pessoal ou para encargos de dívidas, e 70% têm que ser direcionados para investimento", explicou. O objetivo é que as transferências especiais sejam usadas em programas finalísticos, que atendam diretamente o cidadão, como ações voltadas para infraestrutura, saúde e educação.

Para o secretário, uma das vantagens deste novo módulo será a transparência das informações, que estarão disponíveis para toda a sociedade no Painel Parlamentar, onde será possível acompanhar o andamento das políticas públicas definidas pelos municípios. "Além desta ferramenta de transparência, fundamental para o controle social, também desenvolvemos uma funcionalidade que permitirá o acompanhamento e gerenciamento das emendas pelos parlamentares", explica.

Segundo Heckert, a sociedade pode verificar, por exemplo, informações sobre licitação e fornecedores.

Criada no ano passado, a Plataforma +Brasil é um sistema integrado que busca reunir as diferentes modalidades de transferências de recursos da União.

Até 2022, a Plataforma operacionalizará todas as 30 modalidades de transferências da União, totalizando a gestão de aproximadamente R$ 380 bilhões por ano. Até o momento, nove modalidades de transferências de recursos da União estão na plataforma. (Agência Brasil)

IBGE devolve taxa de inscrição a candidatos à seleção para o Censo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou na terça-feira, (19) a devolução de R$ 2,82 milhões para os candidatos inscritos no concurso de seleção para trabalhar no próximo Censo. A pesquisa, que seria realizada neste ano, foi adiada para 2021 devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Por isso, a seleção para contratar temporariamente 208.695 pessoas foi cancelada em março deste ano.

A devolução será feita por meio do aplicativo Carteira Digital BB, do Banco do Brasil, que pode ser baixado em celulares com sistema Android ou iOS. Não é necessário ser correntista do banco para usar o aplicativo e receber o dinheiro.

A escolha pelo aplicativo foi feita para evitar que as pessoas se desloquem até uma agência bancária e se formem aglomerações. Cerca de 100,7 mil candidatos pagaram as taxas, que variam de R$ 23,61 (para candidatos a recenseador) a R$ 35,80 (para agente censitário).

O Censo é feito, regularmente, a cada década, a fim de conhecer, por meio de pesquisas no próprio domicílio, a realidade da população brasileira. (Agência Brasil)

Ferramenta permite acompanhamento de emendas parlamentares

Desde terça-feira, (19), o cidadão já pode acompanhar a execução de emendas parlamentares sem destinação definida, quando o recurso é reservado a uma localidade, mas sem a definição de como será gasto. A Plataforma +Brasil, gerenciada pelo Ministério da Economia, lançou o Painel Parlamentar, que permite o monitoramento desse tipo de emenda, chamada de transferências especiais.

O Orçamento deste ano prevê R$ 598 milhões em emendas sem destinação definida para 1.296 municípios.

Segundo a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, a ferramenta aumenta a transparência das informações, ao permitir o acompanhamento das políticas públicas definidas pelos municípios pela população.

As transferências especiais dão mais liberdade aos municípios na execução de ações. A Constituição, no entanto, estabelece limites. Os recursos só podem ser gastos em programas que atendam diretamente ao cidadão, como ações de educação, capacitação profissional, saúde e até artesanato. A modalidade não pode ser usada para pagar o funcionalismo – ativo, inativo ou pensionistas – nem para quitar os encargos de dívidas das prefeituras.

Criada em setembro do ano passado, a Plataforma +Brasil informatiza a prestação de contas de transferências federais voluntárias recebidas pelos entes locais. As transferências especiais são a décima modalidade integrada ao novo sistema. Até 2022, o governo pretende que todas as 30 modalidades de transferências da União estejam registradas na plataforma, totalizando a gestão de aproximadamente R$ 380 bilhões por ano.

Para operacionalizarem os recursos das transferências especiais, os gestores públicos terão de se cadastrar no portal gov.br. A Secretaria de Gestão do ME elaborou um manual para ajudar as prefeituras. O material traz o passo a passo de como deve ser feito o cadastro e de como as transferências da União são registradas na Plataforma +Brasil.

O Ministério da Economia oferece três aplicativos para acompanhamento das transferências federais pelos governos locais. O App Gestão +Brasil é voltado a gestores. O App Fiscalização +Brasil fornece informações sobre obras com recursos da União, com relatórios fotográficos com georreferenciamento (marcação de local). O App Cidadão +Brasil permite o monitoramento por qualquer cidadão das transferências e convênios entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Os aplicativos estão disponíveis na Play Store, para dispositivos do sistema Android, e na App Store, para dispositivos do sistema iOS, da Apple.

Deputados aprovam uso obrigatório de máscara em locais públicos

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (13) o texto-base do projeto de lei que obriga o uso de máscaras em locais públicos e privados enquanto durar a emergência de saúde pública causada pela pandemia de covid-19. O projeto prevê multa de R$ 300 para quem não usar a máscara. A punição poderá chegar a R$ 600 se houver reincidência.

O projeto estabelece o uso da máscara em ruas, instalações, prédios ou áreas de acesso público. O equipamento de proteção poderá ser produzido artesanalmente, seguindo recomendações técnicas e fundamentadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O texto também prevê que os órgãos públicos e as empresas autorizadas a funcionar durante a pandemia serão obrigados a fornecer aos funcionários máscaras de proteção individual artesanal e outros equipamentos de proteção quando o estabelecimento funcionar atendendo ao público. O empregador também será multado em caso de descumprimento.

Os parlamentares acrescentaram um dispositivo que obriga o uso de máscaras para trabalhadores dos estabelecimentos prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas. O objetivo é garantir que esses funcionários também tenham direito a receber as máscaras do Poder Público.

Na compra das máscaras para os funcionários, o Poder Público dará prioridade aos equipamentos de proteção feitos por costureiras ou outros produtores locais, de forma individual, associada ou por meio de cooperativas de produtores, observado sempre o preço de mercado.

O projeto determina ainda a realização de campanhas publicitárias de interesse público, informando a necessidade do uso de máscaras de proteção pessoal e a maneira correta de seu descarte, obedecendo às recomendações do Ministério da Saúde.

A medida aprovada assegura ainda que profissionais de saúde contaminados pela covid-19 terão garantidos leitos e atendimento em hospitais, respeitados os protocolos nacionais de atendimento médico.

A multa será dispensada para os mais pobres, onde não houver distribuição gratuita de máscaras. Também ficará dispensado o uso de máscaras por pessoas com transtorno do espectro autista ou deficiência que impeça o uso adequado da máscara facial. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Opas: todos os países devem ter acesso às vacinas contra covid-19

Em coletiva de imprensa virtual realizada na terça-feira, (19), a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) defendeu que, quando a vacina contra o novo coronavírus estiver pronta, todos os países devem ter acesso, independentemente de suas capacidades de pagamento. O brasileiro Jarbas Barbosa, diretor adjunto da organização, afirmou que a vacina poderá estar pronta para ser fabricada dentro de um ano.

"Neste momento, temos mais de 100 projetos de desenvolvimento de vacinas. Alguns já começaram testes em humanos, alguns já concluíram a primeira fase dos ensaios em humanos, que é a fase 1. Ou seja, pode-se ter como resultado dessa cooperação global uma vacina que talvez em um ano esteja disponível para ser fabricada", explicou.

Para Barbosa, "a Opas trabalhou com sócios internacionais sobre o assunto da vacina para garantir que os países da região tenham acesso quando estiver disponível. Não podemos permitir que o acesso à vacina possa estar relacionado com a capacidade de pagamento de um país. É muito importante, como um dos pilares de nossa organização, a solidariedade".

Com relação à hidroxicloroquina ou à cloroquina, Marcos Espinal, diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis da Opas, afirmou que não há nenhuma prova que indique ser recomendável o uso durante o tratamento da covid-19.

"Não temos resultados dos ensaios clínicos que sugiram a eficácia desses dois remédios. De fato, desde o início, a Opas trabalhou com todos os países e imediatamente produzimos uma revisão muito sistemática sobre as evidências desses dois medicamentos. Acabamos de atualizar esse documento e não há evidências de que sejam eficazes contra a covid-19. O uso deles é decisão de cada país, mas nossas recomendações são muito claras: de que não devem ser utilizados. E, de fato, há estudos que apontam para uma alta taxa de efeitos secundários, como problemas cardiológicos em pessoas que estão utilizando", afirmou Espinal.

O diretor ressaltou que é importante que os países transmitam uma mensagem consistente, em consonância com as recomendações da Opas e da Organização Mundial da Saúde (OMS), para evitar que a população não sabia a quem deve escutar. "Os países implementam diferentes medidas. Cada país adota seu modelo e, para isso, a Opas os assessora e está em comunicação constante através de seus especialistas."

Ao ser questionado sobre a estratégia da "imunidade de rebanho" defendida por alguns países, Sylvain Aldighieri, gerente de Incidentes do organismo, respondeu que essa não é a estratégia recomendada pela OMS nem pela Opas.

"Os eixos e a estratégia de resposta se baseiam na detecção dos casos, o isolamento desses casos, a identificação dos contatos [daquelas pessoas que estiveram em contato com infectados)], a quarentena deles, o manejo clínico para salvar vidas, e a implementação das medidas de saúde pública, com todas as suas etapas. Esse é o caminho que temos que seguir nessa região, não é buscar uma imunidade de rebanho. Na verdade, não gostamos dessas palavras, que não se aplicam ao ser humano", disse Aldighieri.

O especialista também falou sobre a importância de reforçar a prevenção e o controle da covid-19 em populações vulneráveis.

"Estamos falando de pessoas vulneráveis, de povos indígenas, não somente na região [do] Amazonas, mas também nos Andes, na América Central. Além dos afrodescendentes, que são minoria em alguns países. São populações muito vulneráveis por diferentes razões. Além dos desafios da promoção da saúde e do acesso à informação, também vivem em condições de pobreza, em comunidades muito densas. Existe o risco de que o vírus se propague para as comunidades mais remotas através de rios e estradas no Amazonas."

"Temos diferentes pontos críticos e queria falar sobre a Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru, Colômbia, onde estamos vendo uma tendência ascendente com uma alta taxa reprodutiva da covid-19. Devemos considerar os povos indígenas como populações vulneráveis e implementar medidas de prevenção e controle para protegê-los", destacou. (Agência Brasil)

Ministério lança canal para registro de denúncias trabalhistas

A Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia lançou um canal para registro de denúncias trabalhistas no portal Gov.br. Com a nova ferramenta, o objetivo é que o trabalhador não tenha que ir a uma das unidades das superintendências regionais do Trabalho do Ministério da Economia para registrar uma reclamação.

Assim, diz a secretaria, há redução de custos e melhora na gestão pública, e servidores que atuavam no atendimento presencial poderão ser deslocados para realizar outras atividades.

Como denunciar

O canal pode ser usado para denúncias, reclamações e registro de irregularidades trabalhistas. É preciso cadastrar o CPF - Cadastro de Pessoas Físicas - e uma senha na área de acesso ao portal Gov.br.

Não é possível fazer denúncia anônima, mas os dados do denunciante são sigilosos e não serão divulgados no curso de uma possível fiscalização. O tempo estimado para realizar uma denúncia trabalhista é de cerca de 15 minutos.

No caso de trabalho análogo ao de escravo, não é exigida a identificação do denunciante no Gov.br, mas a denúncia deve ser feita pelo Sistema Ipê, disponível também no portal Gov.br. (Agência Brasil)

STF restabelece redução de contribuições ao Sistema S

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, restabeleceu, segunda-feira, (18), os efeitos da Medida Provisória 932/2020, que reduziu pela metade as contribuições das empresas ao Sistema S por três meses, de abril a junho deste ano. O ministro atendeu a um pedido da União.

A redução das contribuições fez parte do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O corte de 50% havia sido suspenso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a pedido do Serviço Nacional do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac), que tiveram a solicitação negada na primeira instância.

A entidades do Sistema S alegam que a redução nas contribuições afeta de forma drástica o trabalho realizado por elas, que include formação de trabalhadores, a manutenção de escolas de nível básico e médio e a prestação de assistência social e atendimento de saúde, entre outras atividades.

Ao STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu o corte nas contribuições como meio de amenizar os impactos da crise econômica provocada pela pandemia, em especial no que diz respeito à saúde financeira de empresas e a manutenção de empregos.

Ao concordar com os argumentos da AGU, Toffoli argumentou que "não cabe ao Poder Judiciário decidir quem deve ou não pagar impostos, ou mesmo quais políticas públicas devem ser adotadas, substituindo-se aos gestores responsáveis pela condução dos destinos do Estado, neste momento".

A exceção se daria caso houvesse violação à Constituição, ressalvou Toffoli. Ele lembrou que há duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI's) relatadas pelo ministro Ricardo Lewandowski que contestam a MP 932/2020 e que ainda devem ser julgadas pelo plenário do Supremo.

O Sistema S é um conjunto de entidades, administradas por federações e confederações patronais, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.

São elas o Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As contribuições ao sistema incidem sobre a folha de salários das empresas que integram a categoria correspondente e são repassadas pelo governo às entidades. As alíquotas variam de 0,2% a 2,5%. As indústrias, por exemplo, recolhem 1% ao Senai e 1,5% ao Sesi sobre a folha de pagamento. As empresas do comércio recolhem 1,5% ao Sesc.

De acordo com a MP 932/2020, por três meses as alíquotas foram reduzidas da seguinte forma: Sescoop, 1,25%; Sesi, Sesc e Senat, 0,75%; Senac, Senai e Senat, 0,5%; Senar, 1,25% sobre a folha de pagamento; 0,125% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

Já a retribuição paga à Receita Federal pelas entidades, pelo serviço de recolhimento das contribuições, será de 7% do montante arrecadado. Hoje, essa retribuição é de 3,5%. A nova alíquota vale também por três meses para o Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e Sescoop. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Cyrela Extrema Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 10.982.461/0001-60 - NIRE 35.222.468.575

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10hs., sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa**: **Miguel Maia Mickelberg**, Presidente; **Sandra Esthy Attié Petzenbaum**, Secretária. **Deliberações Aprovadas**. 1. redução do capital social em R$ 13.875.726,00, sendo R$ 12.245.726,00 direcionados a absorção de prejuízos, e R$ 1.630.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 13.875.726 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**., com a empresa anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 2. O capital social passa **de** R$ 65.804.266,00 **para** R$ 51.928.540,00, dividido em 51.928.540 quotas. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócios: Cybra de Investimento Imobiliário Ltda. Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

Cyrela Paraná Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 07.965.232/0001-23 - NIRE 35.220.627.991

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 06.05.2020, às 10 h, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 61.914.995,00 a ser decretada mediante absorção de prejuízos e R$ 1.000.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 6.914.995 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, com a expressa anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Passando o capital social **de** R$ 327.028.690,00 **para** R$ 30.413.085,00, dividido em 30.413.085 quotas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócios:** Cyrela Montibarc Empreendimentos Imobiliários S.A. e Cybra de Investimento Imobiliário Ltda. ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

Just Fit Participações em Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME Nº 16.738.149/0001-02 - NIRE 35.300.497.643

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 18.11.2019

Data, Hora, Local: 18.11.2019, às 10hs, na sede social, Rua Alexandre Dumas, nº 1.900, 12º andar, conjuntos 121 e 122, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensadas. **Mesa:** Presidente: Washington Umberto Cinel; Secretária: Alberto Costa Sousa Carneiro. **Deliberações: (A)** A realização da Emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.385, de 07.12.1976, conforme alterada. **(B)** Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Duas Séries, sem Garantias Reais ou Fidejussórias, para Colocação Privada, da Just Fit Participações em Empreendimentos S.A. ("Escritura de Emissão"). Tais títulos terão as características adiante especificadas e em ambas as séries em seguida mencionadas. **(C) Número da Emissão.** A presente Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Companhia. **(b) Valor Total da Emissão.** O montante total da Emissão é de R$ 30.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), sendo que o valor nominal da Emissão, de R$ 100.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). **(d) Séries.** A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries, sendo elas: Série 1 e Série 2 (em conjunto, "Séries"). **(e) Quantidade total de Debêntures.** A quantidade total das Debêntures das Séries emitidas é de 300, sendo 200 Debêntures da Série 1 e 100 Debêntures da Série 2. **(f) Colocação**. As Debêntures serão emitidas para subscrição privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada. **(g) Destinação dos Recursos**. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados no curso ordinário dos negócios da Companhia, especialmente para financiar um plano de redução de custos e aumento de margem da Companhia. **(h) Data de Emissão**. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures das Séries será 21.11.2019 ("Data de Emissão"). **(i) Conversibilidade e Forma**. **(a) Conversibilidade**. As Debêntures das Séries, as Debêntures da Série 1 e as Debêntures da Série 2 terão as seguintes distinções entre sim, além de outras previstas na Escritura de Emissão: **(i) Série 1**. As Debêntures da Série 1 serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações"). **(ii) Série 2**. As Debêntures da Série 2 serão nominativas, conversíveis em ações preferenciais classe C, com direito inresgate, de emissão da Companhia ("Ações Preferenciais Classe C", e, em conjunto com as Ações ordinárias, "Ações"). **(j) Espécie e Garantia**. As Debêntures da Emissão não terão garantia real ou fidejussória. **(k) Comprovação da Titularidade das Debêntures**. A titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro nos livros de sócios titulares no livro de registro de debêntures aberto pela Companhia, registrado na JUCESP e arquivado na sede da Companhia. **(l) Prazo e Data de Vencimento**. As Debêntures terão prazo de validade até o dia 21.11.2029 ("Prazo") e toma-se-ão exigíveis 10 dias após o término do Prazo ou na data de um Evento de Liquidez Resolvido, que tenha ocorrido uma Conversão, nos termos definidos e dispostos na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). **(m) Remuneração das Debêntures**. O Valor Nominal das Debêntures de cada uma das Séries será remunerado a uma taxa equivalente à variação anual correspondente a 100% das taxas médias diárias relativas a operações com Certificados de Depósitos Interbancários, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("CDI"), acrescida de 6,5% ao ano (base 252 dias úteis), *pro rata temporis*, a partir da data das respectivas integralizações e até a data de efetivo pagamento ("Remuneração"). **(n) Forma de Integralização**. As Debêntures de ambas Séries deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional no ato da Emissão, conforme a Data da Emissão. **(o) Prazo para a Conversão das Debêntures**. As Debêntures das Séries poderão ser convertidas em Ações Preferenciais dentro do Período de Conversão Evento de Liquidez Relevante, conforme definido na Escritura de Emissão, observados os termos previstos na Escritura de Emissão. **(p) Direito de Preferência**. As demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e serão negociadas pela Diretoria da Companhia. **(B)** A autorização aos diretores da Companhia para praticarem todos os atos e adotarem todas as providências necessárias para a implementação das matérias ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando à negociação e celebração da competente Escritura de Emissão das Debêntures, podendo requerer que o pagamento pretende seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 19 e 20 / 05 / 2020

Living Ribeirão Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 11.360.582/0001-33 - NIRE 35.223.873.771

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 2.700.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 2.700.000 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Desta forma o capital social passará **de** R$ 6.822.642,00 **para** R$ 4.122.642,00, dividido em 4.122.642 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Living Empreendimentos Imobiliários S.A.** por Sandra Esthy Attié Petzenbaum e Miguel Maia Mickelberg

Living Sabino Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 11.365.737/0001-24 - NIRE 35.223.874.085

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local. 06.05.2020, às 10 hs., na sede, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença**, totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: **Miguel Maia Mickelberg**, Secretária: **Sandra Esthy Attié Petzenbaum**. **Deliberações Aprovadas.** 1. redução do capital social em R$ 1.300.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 1.300.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 2. O Capital Social passará **de** R$ 6.639.467,00 **para** R$ 5.339.467,00, dividido em 5.339.467 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

CBR 021 Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 18.546.469/0001-96 - NIRE 35.227.710.109

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10 h, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital em R$ 5.500.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 5.500.000 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** e 1.041.700 quotas da sócia **Flamingo – Investimentos Imobiliários Ltda.**, as quais receberão, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Desta forma o Capital social passa **de** R$ 15.827.674,00 **para** R$ 10.327.674,00, dividido em 10.327.674 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar os documentos. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócias:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações e Flamingo – Investimentos Imobiliários Ltda. ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 13.177.652/0001-48 - NIRE 35.225.027.231

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.711.798,00, sendo R$ 851.798,00 direcionados a absorção de prejuízos e R$ 2.860.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 3.711.798 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações,** a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Assim, o capital social passa **de** R$ 40.229.930,00 **para** R$ 36.518.132,00, dividido em 36.518.132 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

Cyrela Sabará Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 10.952.619/0001-42 - NIRE 35.223.468.265

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 06.05.2020, às 10 horas, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 1.920.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 1.920.000 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Passando o capital **de** R$ 10.473.067,00 **para** R$ 8.553.067,00, dividido em 8.553.067 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Living Empreendimentos Imobiliários S.A.** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.

CNPJ/ME nº 32.023.336/0001-66 – NIRE 35.300.528.085

Aviso aos Debenturistas

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A.**, sociedade anônima sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, conj. 43, sala 07, ("Emissora"), pelo presente aviso aos debenturistas ("Aviso"), tendo em vista o disposto na Lei nº 17.341, de 18/05/2020, e no Decreto nº 59.450, de 18/05/2020, ambas do município de São Paulo, que decretaram a antecipação do feriado "Dia da Consciência Negra" no município de São Paulo para o dia 21/05/2020 em decorrência da atual emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, comunica a Virtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na condição de agente fiduciário, os fiadores e os titulares das debêntures da primeira série e das debêntures da segunda série integrantes da segunda emissão da Emissora ("Debenturistas"), que a assembleia geral de Debenturistas marcada para o dia 21/05/2020, às 15:00 horas, conforme edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia" nos dias 13, 14 e 15/05/2020 ("Edital de Convocação"), está mantida nos exatos termos constantes do Edital de Convocação. São Paulo, 20 de maio de 2020. *Vinicius Stopa – Diretor Presidente*

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 20.047.332/0001-62 – NIRE 35'300.465.377

Assembleia Geral Extraordinária Digital - Edital De Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") **digital** a ser realizada no dia 01/06/2020, às 10h, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da JFJ Participações Ltda. pela ITsSeg Corretora de Seguros S.A.", celebrado pelos administradores da Companhia e da JFJ Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.403, sala 02, Jardim Paulistano, CEP 01441-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.315.707/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.227.555.804 ("JFJ" e "Protocolo"); **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Dallas Avaliações, responsável pela avaliação do patrimônio líquido da JFJ que será vertido para a Companhia ("Incorporação"); **(iii)** a aprovação do laudo de avaliação da JFJ ("Empresa Avaliadora") **(iii)** o exame e apreciação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da JFJ elaborado pela Empresa Avaliadora, com data base de 30 de abril de 2020 ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** a aprovação da Incorporação da JFJ pela Companhia com a consequente extinção da JFJ e versão de seu acervo líquido para a Companhia ("Incorporação"); **(v)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia em virtude da Incorporação; **(vi)** a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia em virtude da Incorporação; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos e providências necessários à implementação da Incorporação. Documentos Relacionados à AGE: Uma cópia do Protocolo foi encaminhada aos acionistas por meio do Participação na AGE: Os acionistas poderão optar por participar da AGE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via aba de remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via aba de remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. (iii) Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGE, o acionista deverá enviar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias da data da realização da AGE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01472-900, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

Thomaz Luiz Cabral de Menezes

Membro do Conselho de Administração.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - *CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08*

ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 5ª e 6ª SÉRIES DA 2ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 5ª e 6ª Séries da 2ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A. ("Emissora"), CDC Fomento Serviços Financeiros Ltda. ("Securitizadora") e Vert Companhia Securitizadora ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, estão convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em **08 de junho de 2020, às 10:00 horas**, de forma remota e eletrônica através da plataforma unificada de comunicação da Microsoft Teams, de conexão via internet, a ser enviado o link para conexão gerado pela Emissora, 2 (duas) horas antes da reunião, conforme prerrogativa do Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SNC, de 26 de março de 2020 e Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, a fim de tratarem dos itens 16.1 e 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 5ª e 6ª Séries da 2ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), discutir e/ou deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovar a contratação de assessor legal para representar os interesses dos Titulares de CRI na Recuperação Judicial da Esser Holdings e Participações S.A., processo nº 1035200-47.2020.8.26.0100, cujo processamento foi deferido pelo Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, conforme fato relevante divulgado no dia 30 de abril de 2020 no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; 2. Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. Quórum de instalação em primeira convocação: a presença de titulares de CRI que representem 50% mais um dos CRI em circulação. Quórum de deliberação: maioria simples dos presentes. Reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado apenas aos titulares que se cadastrarem prévia e diretamente com o Agente Fiduciário e com a Emissora, mediante o envio de documentos de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários), em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da assembleia geral, ora convocada, para os e-mails: gdc@gdcdtvm.com.br e gestao@isecbrasil.com.br e juridico@vertcompanhia.com.br e no dia da realização a via original dos mesmos. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, requerimentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos.

São Paulo, 16 de maio de 2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A

11ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II – SANTO AMARO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007258-64.2020.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO CARLOS SANTORO FILHO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(s) **ROCHELI ANDIARA DOS SANTOS SALDANHA**, CPF 225.289.908-55, que por este ação, tramita **Cumprimento de Sentença**, movida por **CENTRO EDUCACIONAL CONCORDIA LTDA**. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito **de R$ 9.730,85 (fev/2020)**, devidamente atualizado, sob pena de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima mencionado o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2020.

Living Sabino Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 11.365.737/0001-24 - NIRE 35.223.874.085

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local. 06.05.2020, às 10 hs., na sede, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença**, totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: **Miguel Maia Mickelberg**, Secretária: **Sandra Esthy Attié Petzenbaum**. **Deliberações Aprovadas.** 1. redução do capital social em R$ 1.300.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 1.300.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 2. O Capital Social passará **de** R$ 6.639.467,00 **para** R$ 5.339.467,00, dividido em 5.339.467 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 20.047.332/0001-62 – NIRE 35'300.465.377

Assembleia Geral Extraordinária Digital - Edital De Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") **digital** a ser realizada no dia 01/06/2020, às 10h, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da JFJ Participações Ltda. pela ITsSeg Corretora de Seguros S.A.", celebrado pelos administradores da Companhia e da JFJ Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.403, sala 02, Jardim Paulistano, CEP 01441-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.315.707/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.227.555.804 ("JFJ" e "Protocolo"); **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Dallas Avaliações, responsável pela avaliação do patrimônio líquido da JFJ que será vertido para a Companhia ("Incorporação"); **(iii)** a aprovação do laudo de avaliação da JFJ ("Empresa Avaliadora") **(iii)** o exame e apreciação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da JFJ elaborado pela Empresa Avaliadora, com data base de 30 de abril de 2020 ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** a aprovação da Incorporação da JFJ pela Companhia com a consequente extinção da JFJ e versão de seu acervo líquido para a Companhia ("Incorporação"); **(v)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia em virtude da Incorporação; **(vi)** a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia em virtude da Incorporação; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos e providências necessários à implementação da Incorporação. Documentos Relacionados à AGE: Uma cópia do Protocolo foi encaminhada aos acionistas por e-mail. Participação na AGE: Os acionistas poderão optar por participar da AGE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via aba de remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via aba de remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. (iii) Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGE, o acionista deverá enviar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias da data da realização da AGE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01472-900, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

Thomaz Luiz Cabral de Menezes

Membro do Conselho de Administração.

Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 13.177.652/0001-48 - NIRE 35.225.027.231

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.711.798,00, sendo R$ 851.798,00 direcionados a absorção de prejuízos e R$ 2.860.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 3.711.798 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações,** a qual receberá, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Assim, o capital social passa **de** R$ 40.229.930,00 **para** R$ 36.518.132,00, dividido em 36.518.132 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

Travessia Securitizadora de Créditos Financ

Just Fit Participações em Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 16.738.149/0001-02

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial

	Nota	2019	2018
Ativo			
Ativo circulante		**37.836**	58.235
Caixa e equivalentes de caixa	5	**31.620**	53.320
Contas a receber	6	**4.858**	4.104
Outros créditos		**1.458**	814
Ativo não circulante		**137.559**	48.496
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		**180**	37
Imobilizado	7	**69.364**	48.312
Intangível	8	**753**	147
Direito de uso	8	**67.262**	
Total do ativo		**175.457**	106.734
Passivo	**Nota**	**2019**	**2018**
Passivo circulante		**21.984**	16.222
Fornecedores	9	**6.886**	11.677
Financiamentos	11	**3.743**	4.393
Passivo de arrendamento	11	**6.907**	
Impostos e contribuições a recolher		**660**	355
Obrigações trabalhistas	12	**641**	1.305
Provisões	13	**3.577**	1.388
Recebimentos antecipados		**170**	
Passivo não circulante		**90.073**	7.623
Financiamentos	11	**5.438**	6.685
Debêntures	11	**30.315**	-
Provisão de desmantelamento	14	**575**	-
Passivo de arrendamento	8	**52.587**	-
Provisão para perdas com causas judiciais	15	**55**	765
Tributos diferidos		**103**	173
Patrimônio líquido		**54.400**	82.889
Capital social	24	**120.035**	120.035
Prejuízos acumulados		**(65.595)**	(37.146)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**175.457**	106.734

Demonstração do resultado

	Nota	2019	2018
Receita líquida dos serviços	15	**55.227**	37.561
Custo dos serviços prestados	16	**(53.870)**	(39.555)
Lucro (prejuízo) bruto		**1.348**	(604)
Despesas comerciais	17	**(3.075)**	(2.797)
Gerais e administrativas	18	**(18.357)**	(13.245)
		(21.432)	(16.042)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(20.084)**	(16.646)
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	19	**1.799**	1.698
Despesas financeiras	20	**(19.270)**	(2.244)
		(8.435)	(546)
Tributos diferidos		**70**	62
Prejuízo do exercício		**(28.449)**	(17.110)
Quantidade de ações no exercício		**86.016.031**	83.104.540
Prejuízo por ação		**(0,33)**	(0,21)

Demonstração do resultado abrangente

	2019	2018
Prejuízo do exercício	**(28.449)**	(17.110)
Outros resultados abrangentes	**(28.449)**	(17.110)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**54.922**	**(20.036)**	**34.886**
Prejuízo do exercício			(17.110)	(17.110)
Aporte de capital		65.113		65.113
Saldos em 31.12.2018		**120.035**	**(37.146)**	**82.889**
Prejuízo do exercício			**(28.449)**	**(28.449)**
Saldos em 31.12.2019		**120.035**	**(65.595)**	**54.440**

Demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(1.815)**	(7.280)
Prejuízo do exercício	**(28.449)**	(17.110)
Depreciações e amortizações	**18.345**	8.179
Juros de financiamento - arrendamento - IFRS 16	**6.551**	-
Impostos e contribuições diferido	**(70)**	(62)
Provisões perda taxa manutenção	**1.020**	-
Provisões taxa manutenção	**(540)**	-
Provisões contingenciarias	**(154)**	-
Provisões Trabalhistas	**123**	1.278
Variações monetárias	**1.552**	455
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	**(754)**	(751)
Depósitos judiciais	**(143)**	53
Fornecedores	**(645)**	(423)
Fornecedores	**(523)**	2.236
Arrendamento mercantil - IFRS 16	**(12.608)**	-
Obrigações trabalhistas	**(664)**	383
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(21.000)**	(48.000)
Aquisição de imobilizado	**(21.000)**	(48.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**32.110**	112.600
Aporte de capital		65.113
Financiamento obtido	**3.275**	7.681
Debêntures	**30.000**	
Financiamento pago	**(6.404)**	(3.004)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**26.871**	69.790
Aumento ou redução líquida no caixa e equivalente de caixa	**(21.700)**	36.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**53.320**	16.833
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**31.620**	53.320

Demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Recebimentos antecipados	**170**	-
Impostos e contribuições a recolher	**305**	(24)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(16.471)**	(5.809)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição intangível	**(843)**	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	**1.244**	-
Aquisições de imobilizado	**(32.501)**	(27.494)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(32.100)**	(27.494)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital		65.113
Financiamento obtido	**3.275**	7.681
Debêntures	**30.000**	
Financiamento pago	**(6.404)**	(3.004)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**26.871**	69.790
Aumento ou redução líquida no caixa e equivalente de caixa	**(21.700)**	36.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**53.320**	16.833
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**31.620**	53.320

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Just Fit Participações em Empreendimentos S.A. ("JUST FIT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 7 de agosto de 2012 e atua como "*holding*" da Companhia de academias que opera através da marca "JUST FIT". A Companhia tem como objeto as seguintes atividades: (a) Escola de dança, ginástica e musculação, e terapia; (b) Serviços de empresas em atividades de condicionamento físico, tais como ginástica, musculação, pilates, alongamento corporal, hidroginástica, assim como outras atividades na área de educação física; (c) Participação de serviços de recreação; (d) Prestação de serviços de treinamento em gestão empresarial na área de academias e escolas de ginástica, promoção de eventos esportivos, de exibições cinematográficas, de licenciamento de programas de computador e franquias, cobrança extrajudicial e intermediação cadastral; (e) Participação no capital social de outras sociedades como quotista ou acionista; e (f) Aluguel de imóveis próprios que não caracterizem atividade imobiliária. A Companhia e suas unidades estão presentes no Estado de São Paulo, tendo encerrado o exercício de 31 de dezembro de 2019 com 9 (nove) unidades operacionais (31 unidades em 2018). Os resultados da Companhia estão alinhados às expectativas da Administração. A posição financeira da Companhia reflete a estratégia da Administração e seus acionistas de: • Expansão das operações através da abertura e aquisição de novas unidades, dando continuidade ao processo de aumento da base de alunos e fortalecimento da Companhia. • Desenvolvimento da marca JUST FIT. • Reforço necessário nas estruturas administrativas e operacionais da Companhia, com o objetivo de apoiar a expansão nos negócios da Companhia. Os recursos necessários para realizar a estratégia da Companhia tem como fonte aportes de capital dos acionistas, geração de caixa das unidades operacionais e captação de financiamentos bancários de longo prazo, incluindo operações de financiamento junto ao BNDES, através de intermediação financeira de agentes financeiros, assim como debêntures emitidas para os acionistas da Companhia. Ao longo de 2019, a Companhia deu continuidade ao seu volume unidades, além da reinauguração da unidade Tenfrinho Vila's em novo endereço, cuja localização é o imóvel foram considerados melhores do que o endereço anterior pela administração. Também durante 2019, a administração apresentou a descontinuidade de cinco unidades, com o objetivo de melhorar a rentabilidade da rede e a utilização de parte dos ativos e/ou capital alocados nas unidades descontinuadas. Em 21 de novembro de 2019, foi efetuada a emissão de R$30.000 em debêntures conversíveis em ações. As demonstrações financeiras da Just Fit, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela administração em 13 de abril de 2020. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros e é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras são descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o montante do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados posteriormente pelo método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e receber de clientes e empréstimos a controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas as seguintes condições: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e de venda. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são posteriormente mensurados ao valor justo de forma efetiva

SERRA PARÁ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/NIRE Nº 22.872.208/0001-33

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanço patrimonial *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo	**2.586**	**2.727**	**64.181**	**88.276**
Circulante	786	825	40.025	41.697
Caixa e equivalente de caixa	–	–	20.036	38.446
Contas a receber	–	–	2.413	5.629
Impostos a recuperar	54	41		
Dividendos a receber - Partes relacionadas	1.719	6.833	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	40	–
Outros ativos	28	1.667	2.504	
Não circulante	**300.903**	**293.925**	**482.936**	**488.886**
Contas a receber	–	–	3.221	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	15.619	13.202
Investimentos	300.903	293.925	–	–
Imobilizado	–	–	461.476	472.930
Intangível			2.620	2.754
Total do ativo	**303.489**	**301.652**	**547.117**	**577.162**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo	**2.067**	**6.849**	**28.563**	**57.361**
Circulante	6	16	5.457	14.949
Fornecedores	–	–	17.374	17.435
Empréstimos e financiamentos	–	–	3.475	16.426
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	–	142	1.718
Penalidades contratuais	–	–	2.052	6.822
Dividendos - Partes relacionadas	2.061	6.833	38	–
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	16	–
Passivo de arrendamentos	–	–	**217.132**	**224.998**
Não circulante	–	–	206.930	223.824
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	81
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	557	536
Penalidades contratuais	–	–	9.642	–
Provisões fiscais	–	–		
Passivo de arrendamentos	–	–	**282.359**	**282.359**
Total passivo	**2.067**	**6.849**	**245.695**	**301.422**
Patrimônio líquido	**301.422**	**294.803**	**294.803**	**301.422**
Capital social	259.890	259.890	259.890	259.890
Reserva de lucros	38.787	32.601	38.787	32.601
Reserva legal	2.745	2.312	2.745	2.312
Total do passivo e patrimônio líquido	**303.489**	**301.652**	**547.117**	**577.162**

Demonstração dos resultados *(Em milhares de reais)*	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional, líquida	–	–	69.357	111.084
Custos operacionais	–	–	(31.969)	(35.873)
Resultado bruto	–	–	**37.388**	**75.266**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(59)	(52)	(2.491)	(3.542)
Resultado de equivalência patrimonial	8.662	28.772	–	–
Lucro operacional	**8.608**	**28.720**	**34.897**	**71.724**
Despesas financeiras	–	–	(27.059)	(30.203)
Receitas financeiras	42	49	3.253	3.155
Resultado financeiro	**42**	**49**	**(23.786)**	**(27.088)**
Lucro antes do IR e CS	**8.650**	**28.769**	**11.111**	**44.644**
IR e CS	–	–	(2.461)	(15.875)
Lucro líquido do exercício	**8.650**	**28.769**	**8.650**	**28.769**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva de Lucros	Total	Lucros Acumulados	Total
Em 31/12/2017	**259.890**	**874**	**12.103**	**12.977**	**–**	**272.867**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	28.769	28.769
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	1.438	–	1.438	(1.438)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(6.833)	(6.833)
Lucros retidos a deliberação	–	–	20.498	20.498	(20.498)	–
Em 31/12/2018	**259.890**	**2.312**	**32.601**	**34.913**	**–**	**294.803**
Outras movimentações	–	–	–	–	30	30
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.650	8.650
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	433	–	433	(433)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(2.061)	(2.061)
Lucros retidos a deliberar	–	–	6.186	6.186	(6.186)	–
Em 31/12/2019	**259.890**	**2.745**	**38.787**	**41.532**	**–**	**301.422**

Demonstração dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**8.650**	**28.769**	**11.111**	**44.644**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	–	–	(614)	(642)
Ajustes por: Resultado de equivalência patrimonial	(8.667)	(28.772)	–	–
Rendimentos de aplicações financeiras	–	–	(614)	(642)
Resultado financeiro - provisão e juros	–	–	26.513	27.355
Depreciações e amortizações	–	–	21.115	20.800
Penalidades contratuais - provisão	–	–	–	2.275
Rescisão/termo - provisão	–	–	(5.354)	–
Aumento/diminuição em ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	20.543	(12.598)
Impostos a recuperar	(11)	(5)	3.216	11.056
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(40)	–
Outros ativos	(19)	584	(625)	
Fornecedores	(10)	(8.554)	5.367	
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	–	(2.269)	(2.178)
Penalidades contratuais	–	–	(2.133)	–
Passivo de arrendamento	–	–	(869)	–
Fornecedores – partes relacionadas	–	–	(43)	(7.695)
Outras obrigações	–	–	24	22
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(38)**	**(37)**	**63.206**	**87.782**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(21.405)	(23.204)
IR e CS pagos	(2)	–	(11.089)	(8.168)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**(40)**	**(37)**	**28.712**	**56.410**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Recebimento de títulos e valores mobiliários	–	–	825	860
Aquisição de imobilizado	–	–	(539)	(352)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de investimento	**–**	**–**	**286**	**508**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(21.209)	(34.032)
Dividendos	–	–	(6.833)	(6.034)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento	**–**	**–**	**(28.042)**	**(40.066)**
Aumento (redução) líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa	**(40)**	**(37)**	**947**	**17.663**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	825	860
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	–	–	785	825
Transações que não afetam o caixa				
Registro de operações de arrendamento e direito de uso	–	–	9.673	–
Reclassificação entre imobilizado e fornecedores	–	–	938	2.015
Reclassificação entre imobilizado e adiantamento a fornecedores	–	–	256	–
Outras movimentações patrimônio líquido	–	–	30	–

Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.650	28.769	8.650	28.769
Resultado abrangente do exercício	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**8.650**	**28.769**	**8.650**	**28.769**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Olivia Raquel Vieira dos Santos - CRC RJ 118.229/O-4

SERRA PARÁ I PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ/NIRE Nº 22.902.621/0001-39

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanço patrimonial *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo	**3.177**	**7.490**	**65.427**	**89.432**
Circulante	1.061	1.118	41.086	42.757
Caixa e equivalente de caixa	–	–	20.036	38.446
Contas a receber	31	16	2.445	5.644
Impostos a recuperar				
Dividendos a receber - Partes relacionadas	2.061	6.833	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	40	–
Outros ativos	24	23	1.690	2.520
Não circulante	**301.422**	**294.803**	**482.936**	**488.886**
Contas a receber	–	–	3.221	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	15.619	13.202
Investimentos	301.422	294.803	–	–
Imobilizado	–	–	461.476	472.930
Intangível			2.620	2.754
Total do ativo	**304.599**	**302.293**	**548.233**	**578.318**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo	**2.058**	**6.839**	**28.560**	**57.266**
Circulante	6	16	5.463	14.964
Fornecedores	–	–	17.374	17.435
Empréstimos e financiamentos	–	–	3.475	16.427
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	–	142	1.718
Penalidades contratuais	2.052	6.822	2.052	6.822
Dividendos - Partes relacionadas	–	–	38	–
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	16	–
Passivo de arrendamento	–	–	**217.132**	**224.998**
Não circulante	–	–	206.930	223.824
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	81
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	557	536
Penalidades contratuais	–	–	9.642	–
Provisões fiscais	–	–		
Passivo de arrendamentos	–	–	**282.359**	**282.359**
Total passivo	**302.541**	**295.954**	**302.541**	**295.954**
Patrimônio líquido	261.164	261.164	261.164	261.164
Capital social	36.885	30.730	36.885	30.730
Reserva de lucros	2.612	2.180	2.612	2.180
Reserva legal				
Total do passivo e patrimônio líquido	**304.599**	**302.293**	**548.233**	**578.318**

Demonstração dos resultados *(Em milhares de reais)*	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional, líquida	–	–	69.357	111.084
Custos operacionais	–	–	(31.969)	(35.873)
Resultado bruto	–	–	**37.388**	**75.266**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(97)	(81)	(2.589)	(3.623)
Resultado de equivalência patrimonial	8.659	28.769	–	–
Lucro operacional	**8.553**	**28.688**	**34.799**	**71.643**
Despesas financeiras	–	–	(27.059)	(30.203)
Receitas financeiras	54	34	3.310	3.155
Resultado financeiro	**54**	**34**	**(23.729)**	**(27.048)**
Lucro antes do IR e CS	**8.607**	**28.722**	**11.070**	**44.595**
IR e CS	–	–	(2.461)	(15.875)
Lucro líquido do exercício	**8.607**	**28.722**	**8.609**	**28.722**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva de Lucros	Total	Lucros Acumulados	Total
Em 31/01/2017	**263.044**	**746**	**10.266**	**11.018**	**–**	**274.054**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	28.722	28.722
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	1.436	–	1.436	(1.436)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(6.822)	(6.822)
Lucros retidos a deliberação	–	–	20.464	20.464	(20.464)	–
Em 31/12/2018	**263.044**	**2.182**	**30.728**	**32.910**	**–**	**295.954**
Outras movimentações	–	–	–	–	30	30
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.609	8.609
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	430	–	430	(430)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(2.052)	(2.052)
Lucros retidos a deliberar	–	–	6.157	6.157	(6.157)	–
Em 31/12/2019	**263.044**	**2.612**	**36.885**	**39.497**	**–**	**302.541**

Demonstração dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**8.609**	**28.722**	**11.070**	**44.597**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	–	–	(614)	(642)
Ajustes por: Resultado de equivalência patrimonial	(8.650)	(28.769)	–	–
Rendimentos de aplicações financeiras	–	–	(614)	(642)
Resultado financeiro - provisão de juros	–	–	26.513	27.355
Depreciações e amortizações	–	–	21.115	20.800
Penalidades contratuais - provisão	–	–	–	2.275
Rescisão/termo - provisão	–	–	(5.354)	–
Aumento/diminuição em ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	20.543	(12.598)
Impostos a recuperar	(15)	(7)	3.199	11.050
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(40)	–
Outros ativos	(1)	(22)	584	(649)
Fornecedores	(10)	11	(8.563)	5.378
Obrigações fiscais e trabalhistas	(1)	1	(2.272)	(2.177)
Penalidades contratuais	–	–	(2.133)	–
Passivo de arrendamento	–	–	(869)	–
Fornecedores – partes relacionadas	–	–	(43)	(7.695)
Outras obrigações	–	–	24	22
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(68)**	**(64)**	**63.136**	**87.717**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(21.405)	(23.204)
IR e CS pagos	–	–	(11.087)	(8.168)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**(68)**	**(64)**	**28.644**	**56.345**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Recebimento de títulos e valores mobiliários	–	–	(825)	(860)
Aquisição de imobilizado	–	–	539	352
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de investimento	**–**	**–**	**(286)**	**(508)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(21.209)	(34.032)
Dividendos	–	–	(6.822)	(3.422)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento	**–**	**–**	**(28.031)**	**(37.454)**
Aumento (redução) líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa	**(68)**	**(64)**	**327**	**18.383**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.118	570	42.815	24.505
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.061	1.118	41.086	42.815
Transações que não afetam o caixa				
Registro de operações de arrendamento e direito de uso	–	–	9.673	–
Reclassificação entre imobilizado e fornecedores	–	–	938	2.015
Reclassificação entre imobilizado e adiantamento a fornecedores	–	–	256	–
Outras movimentações patrimônio líquido	–	–	30	–

Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.609	28.722	8.609	28.722
Resultado abrangente do exercício	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**8.609**	**28.722**	**8.609**	**28.722**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Olivia Raquel Vieira dos Santos - CRC RJ 118.229/O-4

Rafamá S.A. - Em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima

Data, hora, local: 21.01.2016, 10hs, na Rua Funchal, 513, Conjunto 23, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Eduardo Alberto Martins, Secretário: Marcos Atushi Yasuda. **Deliberações Aprovadas:** (i) constituição de uma sociedade anônima de capital fechado sob a denominação de **Rafamá S.A.**, com sede e foro à Rua Funchal, 513, Conjunto 23, Vila Olímpia, CEP 04551-060, São Paulo/SP. (ii) Estatuto Social, cuja redação devidamente consolidada, dando assim, por constituída de forma efetiva a companhia **Rafamá S.A.**, tendo em vista o cumprimento de todas as formalidades legais previstas em lei. (iii) Capital social inicial de R$ 1.000,00 representado por 1.000 ações nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscrita neste ato. O capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, mediante depósito em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, conforme Boletins de Subscrição: Eduardo Alberto Martins, Número de Ações Subscritas: 900 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Valor da Subscrição: R$ 900,00, integralizado neste ato, em moeda corrente do país e Marcos Atushi Yasuda, Número de Ações Subscritas: 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Valor da Subscrição: R$ 100,00, integralizado neste ato, em moeda corrente do país. (iv) Eleger o Sr. Eduardo Alberto Martins, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 18.265.549-0, CPF 132.528.468-88, para Diretor Presidente e o Sr. Marcos Atushi Yasuda, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 18.718.705-8, CPF 135.529.168-22, para diretor, ambos com endereço em São Paulo/SP e mandato de 2 anos, os quais declaram que não estão impedidos de exercer atividade mercantil. (v) Renunciação ao prazo de gestão pelo diretor ora eleito. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21.01.2016. Eduardo Alberto Martins - Presidente, Marcos Atushi Yasuda - Secretário. Luis Alexandre Oliveira Castelo - OAB/SP nº 299.931. JUCESP NIRE 3530048992-6 em 21.03.2016. Flávia Regina Britto - Secretária Geral.

GAIA SECURITIZADORA S.A. – Companhia Aberta - CNPJ/NIRE Nº. 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.389.149

ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 4ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO DA GAIA SECURITIZADORA S.A. EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pela presente edital de convocação, informa aos Srs. Titulares dos CRI ("Titulares dos CRI"), que a Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), convocada por meio do edital publicado no jornal "O Dia SP" nos dias 29/04/2020, 30/04/2020 e 01/05/2020, e no site da Securitizadora ("Edital de Convocação"), será **postergada para o dia 27 de maio de 2020, às 11 horas**, em função de edição do Decreto Municipal 59.450, de 18 de maio de 2020, cuja medida foi antecipar os feriados de Corpus Christi e da Consciência Negra, para as dias 20 e 21 de maio de 2020, determinando ponto facultativo no dia 22 de maio de 2020. Estão mantidas todas as demais disposições do Edital de Convocação, em especial à ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma (https://meet.google.com/) de titularidade da Emissora de forma presencial, **sendo certo que o dia de aviso aos Titulares dos CRI será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, preferencialmente a realização da Assembleia, aqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para juridico@grupogaia.com.br e gerl.agente@ouliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização da Assembleia**. Ademais, deverão ser encaminhadas cópias dos documentos de identificação e, conforme o caso, comprovação de poderes para representar Titular(es) de CRI devidamente assinados e com firma reconhecida ou com certificação digital de autenticidade que permita a verificação da validade via *Docusign* ou plataforma equivalente, conforme o caso, em conformidade com o Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020 e Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso à reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia. Não será concedido o uso de acesso para o mero comparecimento, conforme documentação previamente apresentada à Emissora, de forma que a Emissora possa identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 20 de maio de 2020.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça - A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ullian Aparecido da Silva- JUCESP 958. Na segunda praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Sendo de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmios, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto aos ENIS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, penarte ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte 14791 nos dias 23/05 às 13 h e 26/05 às 19 h. www.gmleiloes.com - Alameda Piratinins 628 SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado SIDMAR DE OLIVEIRA LIMA (CPF nº 226.336.228-28), bem como dos coproprietários SIMONE DE OLIVEIRA BARBOSA (CPF 222.908.178-05) e s/marido JUSIMAR BARBOSA (CPF 296.440.248-50); e SIBELE DE OLIVEIRA LIMA (CPF 229.123.868-02); expedido nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº. 0008779-66.2016.8.26.0071, ajuizado pelo exequente LAERCIO MARTINS (CPF nº 708.048.268-20). A Dra. Rosana Teresa Curioni Mergulhão, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bauru/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJSP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/06/2020 às 14:00h, e com término no dia 10/06/2020 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/06/2020 às 14:01h, e com término no dia 30/06/2020 às 14:00h, caso não haja licitantes no 1º, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizada, nos termos do art. 843 do CPC - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. § 1o É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. § 2o Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 48.539 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru/SP. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 83.986,27 (oitenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos), devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP, em fevereiro de 2020.

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimações dos requeridos, NAIR DE FÁTIMA SANTOS (CPF nº 279.447.098-14), JOSÉ MARCIO DA LUZ (CPF 135.694.468-08), CACILDA JURACY DA LUZ (qualificação ignorada), JOSÉ LUIZ DOS REIS OLIVEIRA (CPF nº 252.523.378-61), ANGELO CLAUDINEI DE OLIVEIRA, (CPF nº 114.509.278), CELIA APARECIDA LUIZ FERREIRA (CPF nº 138.801.558-79), bem como espólio de APARECIDO MARCOS DA LUZ, representado pelas suas herdeiras NATACHA MARA DA SILVA LUZ (CPF nº 418.347.368-38) e ALINE CRISTINA DA SILVA LUZ (CPF nº 454.826.298-99), bem como espólio de ANEZIO APARECIDO DOS SANTOS, representado pelas suas herdeiras ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS, ELISA ANGELA DE OLIVEIRA e FABIANA IRENE DOS SANTOS, bem como eventuais terceiros interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS, Processo nº. 1000047-03.2016.8.26.0549, ajuizado pelas exequentes NADINI LORENA CARDOSO DA SILVA, representada por sua genitora ANA PAULA SANTANA CARDOSO (CPF nº 395.115.218-45). O Dr. Alexandre Cesar Ribeiro, Juiz de Direito da Única Vara Cível do Foro da Comarca de Santa Rosa de Viterbo/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/06/2020 às 14:00h, e com término no dia 10/06/2020 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/06/2020 às 14:01h, e com término no dia 30/06/2020 às 14:00h, caso não haja licitantes no 1º, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. Matrícula nº 1.756 do 1º CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) conforme avaliação de fls. 168 em novembro de 2019. LOTE 2: Matrícula nº 3592 do 1º CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) conforme avaliação de fls. 168 em novembro de 2019. LOTE 3: Matrícula nº 3591 do 1º CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme avaliação de fls. 168 em novembro de 2019. LOTE 4: Matrícula nº 3594 do 1º CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme avaliação de fls. 168 em novembro de 2019.LOTE 5: Matrícula nº 3595 do 1º CRI de Santa Rosa do Viterbo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme avaliação de fls. 168 em novembro de 2019.

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado GERALDO VALENTIM DE TOLEDO (CPF nº 747.907.408-00) e sua esposa SHIRLEY MARIA DE MATTOS TOLEDO (CPF nº 149.494.218-67), bem como o terceiro interessado e credor hipotecário BANCO CREDICITRUS, também conhecido como COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICITRUS (CNPJ nº 54.037.916/0001) expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº: 0004390-56.2016.8.26.0453, ajuizado pelo exequente SELSO LUIS SSMANIOTTO. O Dr. Eric Douglas Soares Gomes, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Pirajuí/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/06/2020 às 14:00h, e com término no dia 10/06/2020 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/06/2020 às 14:01h, e com término no dia 30/06/2020 às 14:00h, caso não haja licitantes no 1º, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matrícula abaixo descrita. MATRICULA Nº 736 DO CRI DE BORBOREMA/SP. AVALIAÇÃO: R$ 1.289.347,50 (um milhão e duzentos e oitenta e nove mil e trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) atualizado pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até abril de 2020.

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação dos executados SCOPEL – SPE 11 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ nº 12.900.048/0001-35), e PORTAL DO CATAGUÁ SOCIEDADE INCORPORADORA LTDA (CNPJ nº 12.985.794/0001-79) na pessoa de seus representantes legais, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Processo nº. 0011223-88.2018.8.26.0625, ajuizado pelos exequentes MAURÍCIO MARAN WATANABE (CPF nº 147.688.238-07), e SILVIA MARIA ZERPELÃO (CPF nº 121.987.218-05). A Dra. Marcia Brezende Barbosa de Oliveira, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Taubaté /SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 e 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/06/2020 às 14:00h, e com término no dia 10/06/2020 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao avaliado, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/06/2020 às 14:01h, e com término no dia 30/06/2020 às 14:00h, caso não haja licitantes no 1º, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC art. 13 do Prov. CS

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

CNPJ nº 00.622.700/0001-20
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2019	2018
Circulante	**260.349**	**177.919**
Caixa e equivalentes de caixa	125.377	48.045
Contas a receber de clientes	55.797	64.651
Estoques	72.362	16.857
Impostos a recuperar	29.347	29.324
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.124	8.576
Outras contas a receber	3.721	7.571
Não circulante	**103.830**	**95.583**
Contas a receber de clientes	69.697	77.419
Depósitos judiciais	4.526	2.467
Impostos a recuperar	47	90
Imobilizado	29.560	15.607
Total do ativo	**364.179**	**273.502**

Passivo	2019	2018
Circulante	**62.622**	**48.066**
Fornecedores e outras contas a pagar	22.236	14.932
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.691	-
Impostos e contribuições a recolher	6.709	7.577
Obrigações trabalhistas a pagar	8.330	6.819
Receita diferida	16.188	11.711
Provisões	4.470	13.026
Não circulante	**252.320**	**203.794**
Fornecedores e outras contas a pagar	246.054	200.918
Provisões	6.266	2.876
Patrimônio líquido	**49.237**	**15.643**
Capital social	95.708	95.708
(Prejuízos) acumulados	(46.471)	(80.065)
Total passivo e patrimônio líquido	**364.179**	**273.502**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	95.708	(68.886)	26.822
Resultado do exercício	-	(11.179)	(11.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	95.708	(80.065)	15.643
Resultado do exercício	-	33.594	33.594
Saldo em 31 de dezembro de 2019	95.708	(46.471)	49.237

Luiz Fernando da Silva
CRC 309063/O-3

Elton Borgonovo
Presidente

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Receita operacional líquida	269.265	222.120
Custos dos produtos vendidos	(120.483)	(89.660)
Custos dos serviços prestados	(49.648)	(46.682)
Lucro bruto	99.134	85.830
Despesa de vendas	(20.276)	(13.781)
Despesas administrativas e gerais	(31.869)	(36.891)
Perdas por redução ao valor recuperável	(7.966)	(16.200)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(10.916)	7.936
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	28.105	37.481
Despesas financeiras	(71.276)	(91.632)
Receitas financeiras	70.128	42.972
Despesas financeiras líquidas	(1.148)	(48.660)
Resultado antes dos impostos	26.957	(11.179)
Imposto de renda e contribuição social	6.637	-
Resultado do exercício	**33.594**	**(11.179)**

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Resultado do exercício	33.594	(11.179)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	33.594	(11.179)

Varas Cíveis? Vara Cível EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1015203-68.2017.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc.Faz saber a Bruno Gouveia de Mello CPF 451.529.018-54, que Condomínio Edifício Mirante do Tatuapé ajuizou Procedimento Comum, objetivando seja julgada procedente,anulando-se a partilha realizada no divórcio extrajudicial celebrado pelos réus Amadeu Ferreira Neto e Ana Lucia Ferreira Neto e anulação do instrumento de venda, entabulado sob a Ré Cleonice Guerra Leal, retornando o imóvel ao Sr. Arnaldo, condenando o réu ao pagamento das custas processuais, e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se edital de citação, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, formando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. **19.jul**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1011168-31.2018.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) VILSON RODRIGUES DA SILVA, CPF 089.267.778-02, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 70.633,68 (fevereiro de 2014), representada pela Cédula de Crédito Bancário de nº 003.604.855. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora em bantios de seus bens quantos bastem à garantia da execução. Em caso de pagamento dentro do triduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo efetuado o pagamento, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de embargos à execução. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS
19 e 20 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0023067-26.2019.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Victor Palaria Júnior (CPF. 256.054.288-96) e Cinlia Cristina Sandoroi Palaria (CPF. 264.338.948-44), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 79.866,88 (agosto de 2019). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo.
19 e 20 / 05 / 2020

Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/NIM: 07.855.739/0001-24 - NIRE 35.220.451.418
Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, 10h, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg; Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 25.845.610,00, sendo R$ 24.985.610,00 direcionados a absorção de prejuízos, e R$ 860.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 25.845.610 quotas do Capital, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cyrela Inter Investimentos Imobiliários Ltda.**, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Assim, o capital passa **de** R$ 47.154.742,00 **para** R$ 21.309.132,00, dividido em 21.309.132 quotas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócios:** Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações e Cyrela de Investimento Imobiliário Ltda. ambas por Sandra Esthy Attié Petzenbaum e Miguel Maia Mickelberg

Cyrela Indonésia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 09.474.522/0001-08 - NIRE: 35.222.211.236
Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 06.05.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Miguel Maia Mickelberg.** Secretária: **Sandra Esthy Attié Petzenbaum. Deliberações Aprovadas: 1.** redução do capital social em R$ 1.000.000,00, por serem considerados excessivos em relação ao objeto, mediante o cancelamento de 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. **2.** O capital social passa **de** R$ 20.522.642,00 **para** R$ 19.522.642,00 dividido em 19.522.642 quotas. **3.** Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2020. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0087252-08.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME FERROGLIA GOMES DIAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos CORRETORA DE CRÉDITO SC LTDA-ME, CNPJ 03.036.995/0001-97, com endereço à Dom José de Barros, 879, Salas 1617, República, CEP 01038-020, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, nº 0087252-08.2018.8.26.0100, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 416.512,40, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de julho de 2019.
19 e 20 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 4001399-39.2013.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Caio Moracciello Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) VILSON RODRIGUES DA SILVA, CPF 089.267.778-02, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 70.633,68 (fevereiro de 2014), representada pela Cédula de Crédito Bancário de nº 003.604.855. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, sob pena de penhora em bantios de seus bens quantos bastem à garantia da execução. Em caso de pagamento dentro do triduo a verba honorária será reduzida pela metade. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e depositando 30% do valor em execução, incluindo custas e honorários advocatícios, poderá o executado requerer o pagamento do restante em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo efetuado o pagamento, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de embargos à execução. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS
19 e 20 / 05 / 2020

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
São Paulo, 19 de maio de 2020.

A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	29	26
Aplicações financeiras	6	1.944	416
Contas a receber	7	7.289	1.440
Contas a receber - partes relacionadas	9	-	9
Despesas antecipadas		1	-
Tributos a recuperar		10	-
Total do ativo circulante		9.273	1.891
Não circulante			
Intangível em andamento	10	14.000	-
Total do ativo não circulante		14.000	-
Total do ativo		23.273	1.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		611	-
Fornecedores - partes relacionadas	9	1	3
Imposto de renda e contribuição social		667	206
Impostos e contribuições a recolher	12	95	65
Obrigações sociais e trabalhistas	11	16	11
Dividendos a pagar	9	3.449	383
Outras obrigações		201	-
Total do passivo circulante		5.040	668
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	7.100	60
Reserva de lucros	13b	786	60
Dividendo adicional proposto	13c	10.347	1.103
		18.233	1.223
Total do passivo e patrimônio líquido		23.273	1.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo Adicional		
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros	Proposto	Lucros acumulados	Total
Subscrição e integralização de capital em 28 de agosto de 2018	100	(90)	-	-	-	-	10
Integralização de capital em 12 de novembro de 2018	-	50	-	-	-	-	50
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.546	1.546
Destinações:							
Reserva legal	-	-	12	-	-	(12)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(383)	(383)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	1.103	-	(1.103)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	48	-	(48)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100	(40)	12	1.151	1.103	-	1.223
Integralização de capital social em 08 de março de 2019	40	-	-	-	-	-	40
Aumento de capital social em 21 de junho de 2019	7.000	(7.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 13 de agosto de 2019	-	3.500	-	-	-	-	3.500
Integralização de capital social em 10 de outubro de 2019	-	3.500	-	-	-	-	3.500
Distribuições de dividendos em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(1.103)	(1.103)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.522	14.522
Destinações:							
Reserva legal	-	-	726	-	-	(726)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(3.449)	(3.449)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	10.347	(10.347)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.100	-	738	48	10.347	-	18.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	14	16.470	1.754
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(103)	(9)
Lucro bruto		16.373	1.745
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(41)	-
Despesas legais e judiciais		(35)	-
		(76)	-
Resultado antes do resultado financeiro		16.297	1.745
Resultado financeiro	15	169	7
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		16.466	1.752
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8	(1.944)	(206)
Lucro líquido do exercício		14.522	1.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	14.522	1.546
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	14.522	1.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Contas a receber:

Circulante	2019	2018
Receitas com multimídia (a)	1.020	1.440
Receitas com locação de espaço (b)	6.169	-
Receitas com locação de estacionamento (c)	100	-
	7.289	1.440

Idade de vencimento dos títulos

	2019	2018
Crédito a vencer	6.129	768
Créditos vencidos até 60 dias	1.133	672
	7.262	1.440

(a) Crédito a receber da Eletromídia S.A., decorrentes de comercialização e veiculação de publicidade de mídia digital e estática. (b) Crédito a receber decorrente de aluguel de espaço para estacionamento. (c) Crédito a receber decorrente de aluguel de espaço para estacionamento.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes com base no lucro presumido: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrado no resultado é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Receita bruta	17.540	1.920
Dedução da receita bruta	32%	32%
	5.613	614
Receita financeira	170	7
Base para imposto de renda e contribuição social	5.788	621
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Imposto de renda lucro presumido	(868)	(93)
Dedução da base para IR adicional	(240)	(60)
Base para imposto de renda lucro presumido adicional	5.548	561
Alíquota imposto de renda adicional	10%	10%
Imposto de renda adicional lucro presumido	(555)	(56)
Alíquota contribuição social lucro presumido	9%	9%
Contribuição social lucro presumido	(521)	(50)
Total imposto de renda e contribuição social	(1.944)	(206)

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas Controladoras e outras partes relacionadas. A Companhia tem como seus administradores os da Companhia Administradora Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada "Via-Mobilidade".

	Saldos 2019	
	Passivo	
	Fornecedores/ contas a pagar	Dividendos a pagar
Controladora		
Via Mobilidade	-	3.449 (b)
Outras partes relacionadas		
ViaOuatro	1 (a)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	1	3.449

	Saldos 2018	
	Passivo	
	Fornecedores/ contas a pagar	Dividendos a pagar
Controladora		
Via Mobilidade	-	383 (b)
Outras partes relacionadas		
ViaOuatro	3 (a)	-
Total, 31 de dezembro de 2018	3	383

(a) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo a transferência de colaboradores. (b) Refere-se a dividendos a pagar ViaMobilidade.

10. Intangível

	2018 Saldo inicial	Adições	Saldo final
Valor de custo			
Valor de custo de sistemas informatizados em andamento	-	14.000	14.000
Intangível em andamento	-	14.000	14.000
		2019	2018
11. Obrigações sociais e trabalhistas			
Salários e remunerações a pagar		28	26
Encargos sociais e previdenciários		3	3
Gratificações a pagar		5	5
Provisão para férias		6	5
		16	11

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	29	-	-	26	-	-
Aplicações financeiras	1.944	-	-	416	-	-
Contas a receber	-	7.289	-	-	1.440	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	-	9	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(812)	-	-	-
Dividendos	-	-	(3.449)	-	-	(383)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1)	-	-	(3)
	1.973	7.289	(4.262)	442	1.449	(386)

Os segmentos métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras:** - Os saldos em caixa e bancos são mensurados pelo valor justo com base nos saldos contábeis. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com o recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas e dividendos:** - Os valores justos são calculados pelo fluxo de caixa descontados, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

Nível 2	2019	2018
Aplicações financeiras	1.944	416

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3: premissas para ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados e poderá exigir ajustes inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os cenários de variações nas taxas de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses; ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Exposição em R$	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Operação	**Risco**	**em 31/12/2019**		**25%**	**50%**
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (a)	CDI (a)	1.944	4,40%	5,50%	6,60%
			85	107	128
Efeito líquido			85	107	128
As taxas de juros consideradas foram (b):					
	CDI (a)		4,40%	3,30%	2,20%

(1) As taxas apresentadas acima seriam como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável. (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Os cenários de estresse contemplam variações das taxas de juros de (CDI); e (4) Os cenários de estresse contemplam variações das taxas de juros de aplicações financeiras consiste se o CDI cair, há uma redução da receita financeira.

12. Demonstração do fluxo de caixa: Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar	Capital social	Total
Saldo inicial	(383)	(60)	(443)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	(7.040)	(7.040)
Dividendos pagos	1.486	-	1.486
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.486	(7.040)	(5.554)
Outras variações			
Outras variações que não afetam o caixa	(4.552)	-	(4.552)
Total de outras variações	(4.552)	-	(4.552)
Saldo Final	(3.449)	(7.100)	(10.549)

13. Eventos subsequentes: • Coronavírus: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma Emergência de Saúde pública. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nas demonstrações financeiras das demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e de fluxo de caixa operacional para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível. Considerando a impossibilidade de avaliação do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A empresa Five Trilhos Administração e Participações S.A. ("Companhia"), sediada a Avenida Chedid Jafet, nº 222, Pandar, bloco B, sala 5, Vila Olímpia - São Paulo - SP. Constituída em 28 de agosto de 2018, é uma subsidiária integral da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e tem por objeto social a exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, decorrentes dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo. Tais atividades são permitidas pelo Contrato de Concessão nº 1013/2018, firmado entre a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, incluindo a exploração comercial (i) de espaços destinados à propaganda e publicidade, (ii) de espaços destinados à implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **a) *Instrumentos financeiros*** • Classificação - A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituíam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que ocorra de outra forma. • Mensuração - reconhecimento inicial: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e os mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas a medida da realização da prestação de serviços. A Companhia também auferre receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados a implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **b) *Instrumentos financeiros*** • Classificação - A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituíam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que ocorra de outra forma. • Mensuração - reconhecimento inicial: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e os mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor que reflete a contraprestação a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas a medida da realização da prestação de serviços. A Companhia também auferre receitas decorrentes de aluguel de espaços destinados a implantação de lojas, quiosques e demais estruturas de varejo, aluguel para estacionamentos, propagandas e publicidades. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) *Instrumentos financeiros derivativos*** • Mensuração - reconhecimento inicial: Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **d) *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*** • Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras: Referem-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. **e) *Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio líquido*** • Classificação como dívida ou instrumento de patrimônio líquido - Os instrumentos de dívida e patrimônio líqu

Governo sanciona lei que cria programa de apoio às microempresas

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A Lei nº 13.999/2020, que abre crédito especial no valor de R$ 15,9 bilhões, foi publicada no Diário Oficial da União e entrou em vigor na terça-feira, (19). O objetivo é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país.

Pelo texto, aprovado no fim de abril pelo Congresso, micro e pequenos empresários poderão pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019. Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades, o que for mais vantajoso.

As empresas beneficiadas assumirão o compromisso de preservar o número de funcionários e não poderão ter condenação relacionada a trabalho em condições análogas às de escravo ou a trabalho infantil. Os recursos recebidos do Pronampe servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, mas não poderão ser destinados para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

As instituições financeiras participantes poderão formalizar as operações de crédito até três meses após a entrada em vigor desta lei, prorrogáveis por mais três meses. Após o prazo para contratações, o Poder Executivo poderá adotar o Pronampe como política oficial de crédito de caráter permanente com o objetivo de consolidar os pequenos negócios.

Deverá ser aplicada ao valor concedido a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 3%, acrescidos de 1,25%. O prazo para pagamento do empréstimo será de 36 meses. Os bancos que aderirem ao programa entrarão com recursos próprios para o crédito, a serem garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO-BB) em até 85% do valor.

Os empréstimos poderão ser pedidos em qualquer banco privado participante e no Banco do Brasil, que coordenará a garantia dos empréstimos. Outros bancos públicos que poderão aderir são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do

Foto: Marcello Casal Jr/ABr

Brasil, o Banco da Amazônia e bancos estaduais. É permitida ainda a participação de agências de fomento estaduais, de cooperativas de crédito, de bancos cooperados, de instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das fintechs e das organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.

A lei foi sancionada com quatro vetos

Um dos trechos vetados previa que os bancos deveriam conceder o financiamento no âmbito do Pronampe, mesmo que a empresa tivesse anotações em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, de restrição ao crédito, inclusive protesto.

Para o governo, essa medida contraria o interesse público, bem como os princípios da seletividade, da liquidez e da diversificação de riscos, ao possibilitar que empresas que se encontrem em situação irregular, bem como de insolvência iminente, tomem empréstimo, em potencial prejuízo aos cofres públicos. Além disso, com dispositivo proposto, as instituições financeiras poderiam direcionar as operações de crédito sob garantia do Pronampe para o pagamento de dívidas de suas próprias carteiras.

Acesso ao crédito

De acordo com pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria da Fundação Getulio Vargas, cresceu em 8 pontos percentuais a proporção de empresários que buscaram crédito entre 7 de abril e 5 de maio deste ano. O levantamento mostra ainda que 90% das empresas de micro e pequeno porte registram queda nas receitas.

Entretanto, o mesmo estudo mostra que 86% dos pequenos empresários que buscaram crédito para manter seus negócios não conseguiram ou ainda têm seus pedidos em análise. Desde o início das medidas de isolamento no Brasil, apenas 14% daqueles que solicitaram crédito tiveram sucesso.

A pesquisa, realizada entre 30 de abril e 5 de maio, ouviu 10.384 microempreendedores individuais (MEI) e donos de micro e pequenas empresas de todo o país. Essa é a terceira edição de uma série iniciada pelo Sebrae no mês de março, pouco depois do anúncio dos primeiros casos da doença no país.

O levantamento da entidade confirma uma tendência já identificada em outras pesquisas do Sebrae, de que os donos de pequenos negócios têm, historicamente, uma cultura de evitar a busca de empréstimo. Mesmo com a queda acentuada no faturamento, 62% não buscaram crédito desde o começo da crise. Dos que buscaram, 88% o fizeram em instituições bancárias. Já entre os que procuraram em fontes alternativas, parentes e amigos (43%) são a fonte de empréstimos mais citada, seguidos de instituições de microcrédito (23%) e negociação de dívidas com fornecedores (16%).

Para o Sebrae, esse comportamento pode ter diversas razões, entre elas as elevadas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras, o excesso de burocracia ou a falta de garantias por parte das pequenas empresas.

Analisando a procura de crédito junto aos agentes financeiros, a 3ª Pesquisa do Impacto do Coronavírus nos Pequenos Negócios mostrou que os mais demandados, desde o início da crise, foram os bancos públicos (63%), seguidos dos bancos privados (57%) e cooperativas de crédito (10%). Entretanto, avaliando a taxa de sucesso desses pedidos, o estudo do Sebrae apontou que as cooperativas de crédito lideram na concessão de empréstimos (31%). Na sequência, aparecem os bancos privados (12%) e os públicos (9%). (Agência Brasil)

STF autoriza acesso de ex-presidente do Peru à delação da Odebrecht

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou na terça-feira, (19) a defesa do ex-presidente do Peru Ollanta Humala e da mulher, Nadine Heredia, a ter acesso à parte internacional das delações da empreiteira Odebrecht na Operação Lava Jato.

Em março de 2018, o pedido foi rejeitado por uma decisão individual do ministro Edson Fachin, mas a liminar foi revertida durante sessão do colegiado, que acatou o pleito dos advogados.

Nos depoimentos, o empresário brasileiro Marcelo Odebrecht afirmou ter repassado US$ 3 milhões para a campanha que elegeu Humala presidente em 2011. Com base nas acusações, em julho de 2017, o casal foi preso para cumprir prisão preventiva por determinação da Justiça peruana.

A Odebrecht admitiu, perante a Justiça norte-americana, ter pago cerca de US$ 800 milhões em propina em 12 países entre 2001 e 2016, desencadeado uma série de investigações.

Oito países, além do Brasil e do Peru, são da América Latina: Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Panamá, República Dominicana e Venezuela. (Agência Brasil)

Congresso discutirá adiamento de eleições sem prorrogação de mandato

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou na terça-feira (19) que será criada uma comissão mista, composta por deputados e senadores, para avaliar a possibilidade de adiamento das eleições municipais deste ano sem a prorrogação de mandato de prefeitos e vereadores.

"O presidente [do Congresso Nacional, senador] Davi Alcolumbre [DEM-AP] vai construir um grupo de trabalho junto com a Câmara, para que a gente possa discutir a questão da data da eleição. [Se] nós vamos mantê-la no mesmo dia, ou se o Parlamento vai modificá-la dentro do próprio mandato, em uma outra data. Então, seria o adiamento das eleições sem prorrogação de mandato. Isso eu vi em uma discussão com os líderes, que é quase uma unanimidade", afirmou Maia, em entrevista coletiva na chegada à Câmara dos Deputados.

De acordo com Maia, antes de passar pela análise dos parlamentares, a medida será discutida com o ministro Luís Roberto Barroso, que toma posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 25 deste mês.

Rodrigo Maia defendeu ainda a suspensão do recesso parlamentar do Congresso Nacional em virtude da pandemia de covid-19. A expectativa do deputado é que os trabalhos presenciais na Câmara sejam retomados a partir de julho. Segunda-feira, (18), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu suspender o recesso parlamentar, que ocorreria de 17 a 31 de julho.

"A decisão está correta. A proposta é do presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre. A minha posição é que, no período do recesso, se possível, estejamos retomando os trabalhos no Congresso Nacional e fiquemos esse período todo em votação remota. Então, eu acho que o recesso, de alguma forma, já foi atendido", disse. Maia descartou que a suspensão do recesso possa prejudicar as articulações políticas para as eleições municipais. (Agência Brasil)

Plataformas liberam conteúdo preparatório para o Enem 2020

Em meio à pandemia do novo coronavírus e à polêmica sobre o adiamento da data de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), diversas plataformas educacionais liberaram conteúdos on line gratuitamente para auxiliar os estudantes na manutenção da rotina de estudos em casa.

Até o momento, a pandemia de covid-19 não afetou o calendário do Enem, previsto para ocorrer de forma presencial nos dias 1º e 8 de novembro. A prova virtual será aplicada nos dias 22 e 29 de novembro.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame, a edição 2020 da prova já contabiliza mais de 3,5 milhões de inscrições. Ainda de acordo com o Inep as inscrições podem ser feitas normalmente até as 23h59 da próxima sexta-feira (22).

Entretanto, parlamentares e organizações, como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), União Nacional de Estudantes (UNE) já pediram ao Ministério da Educação (MEC) o adiamento da prova.

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou com recurso na segunda-feira, (18) no Tribunal Regional Federal da 3ª Região pedindo que a decisão de manter o exame durante a pandemia do novo coronavírus seja revista. Em abril, o órgão conseguiu uma liminar favorável ao adiamento das datas da prova, mas a medida foi derrubada pelo desembargador Antônio Carlos Cedenho atendendo ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

O adiamento da prova também será debatido na tarde desta terça-feira no Senado. Na sessão está pautado o Projeto de Lei 1.277/2020, que suspende instantaneamente a aplicação de provas e exames, como o Enem, em casos de calamidade pública decretados pelo Congresso Nacional.

Confira abaixo algumas sugestões de plataformas online gratuitas para auxiliar os estudantes a se prepararem para a prova, enquanto as aulas presenciais estão suspensas no país.

• Banco de provas do Inep

No site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é possível encontrar todas as provas e gabaritos anteriores do Enem.

• Blog do Enem

O site traz conteúdos dedicados ao Enem. Lá é possível encontrar simulados, , apostilas, dicas para redações, aulas gratuitas, entre outros conteúdos.

• Super vestibular

O site traz notícias sobre o Enem e também testes, simulados, consulta a redações nota mil, além de informações sobre vestibulares de diversas universidades.

• FGV Ensino Médio

A Fundação Getúlio Vargas tem uma página dedicada a estudantes do ensino médio, onde é possível realizar testes e simulados no modelo Enem. A correção é feita na hora e é possível ver as estatísticas de desempenho.

• Sistema Positivo de Ensino

O Sistema Positivo de Ensino está disponibiliza, gratuitamente em canal do YouTube, aulas online para todos os alunos da educação infantil, ensino fundamental 1 e 2 e ensino médio.

• SAE Digital

A plataforma disponibiliza videoaulas no Youtube, desde o fim de março. As aulas são organizadas por matérias e divididas por dia, com os conteúdos programáticos desde o 1º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio

• Stoodi

A plataforma liberou o acesso às videoaulas e exercícios preparatórios para o Enem. Para ter acesso, é preciso criar um login. (Agência Brasil)

Covid-19: taxa de uso de leitos por planos de saúde é de 47% em abril

A taxa mensal de ocupação de leitos de pacientes com a covid-19 evoluiu de 9% em fevereiro para 47% em abril, de acordo com dados de atendimento assistencial prestado por 45 operadoras de planos de saúde que dispõem de rede própria hospitalar. Já a taxa média de ocupação de leitos para demais procedimentos mostrou recuo nos três primeiros meses do ano, passando de 66% em fevereiro para 61% em março e 51% em abril.

É o que revela o Boletim Covid-19, divulgado na terça-feira, (19) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com monitoramento realizado junto ao setor de planos de saúde durante a pandemia do novo coronavírus.

O documento indica que houve expansão no número de internações por síndrome respiratória aguda grave (Sars), em comparação ao mesmo período do ano passado. As internações por Sars subiram de 936 em fevereiro para 2.575 em março e para 5.432 em abril de 2020.

No mesmo período de 2019, os números eram 920 internações em fevereiro, 1,561 em março e 1.800 em abril. O SarsCoV-2 é o novo coronavírus identificado como agente etiológico da doença pelo coronavírus 2019 (covid-19) que começou em Wuhan, na China, no fim de 2019, e se espalhou pelo mundo.

Segundo a ANS, o objetivo do Boletim Covid-19 é subsidiar a análise qualificada da agência reguladora sobre o tema, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento da pandemia, além de apresentar à sociedade informações importantes para a compreensão do cenário no mercado de planos de saúde.

A maior parte das informações foi enviada pelas operadoras de planos de saúde em atendimento a requisições de informações feitas pela ANS e obtidas a partir de dados extraídos do Documento de Informações Periódicas (DIOPS), que as operadoras encaminham, a cada trimestre, à agência, com dados econômico-financeiros. A solicitação foi enviada a 109 operadoras que atendem 80% do total de beneficiários do setor.

Já os atendimentos em pronto-socorro que não geraram internação caíram 11% em março deste ano, comparativamente a fevereiro, com recuo de 48% em abril, em relação a março. (Agência Brasil)

Justiça Federal mantém nomeação de diretor-geral da PF

O juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro, da 8ª Vara Federa Cível de Brasília, negou um pedido em ação popular para que fosse anulada a nomeação do delegado Rolando Alexandre de Souza como diretor-geral da Polícia Federal (PF).

A suspensão da nomeação havia sido pedida pelo advogado Rubens Alberto Gatti Nunes, que coordena o grupo Movimento Brasil Livre (MBL).

Rolando de Souza foi nomeado e empossado em 4 de maio, após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ter anulado a nomeação de Alexandre Ramagem, atual diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), para o cargo.

Moraes impediu a posse de Ramagem após o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ter pedido demissão alegando interferência política na PF por parte do presidente Jair Bolsonaro, a quem compete nomear o diretor-geral.

Para o MBL, a nomeação de Rolando de Souza, que trabalhava com Ramagem na Abin, foi um meio encontrado pelo governo para burlar a decisão do Supremo, o que foi negado pela Advocacia-Geral da União (AGU) na ação popular.

Ao não anular a nomeação de Rolando de Souza, o juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro reconheceu a "gravidade da denúncia" feita por Moro, cujas alegações justificaram a anulação da nomeação de Ramagem e a abertura de inquérito no Supremo.

O magistrado afirmou, porém, que não poderia estender a Rolando de Souza as suspeitas que recaem sobre Alexandre Ramagem, "como se fosse possível presumir que ambos seriam cúmplices de alguma empreitada ilícita ou criminosa, ainda em estágio inicial de apuração".

Entendimento em contrário resultaria na "colocação sob suspeição de todo e qualquer delegado que viesse a ser nomeado pelo Presidente da República", acrescentou o juiz federal. Para ele, uma nova suspensão anularia, indevidamente, a competência presidencial de nomear o diretor-geral da PF. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos